



**UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**

**Faculdade de Artes e Letras**

**Departamento de Comunicação e Artes**

**A televisão privada em Portugal e as  
realidades múltiplas: O assalto ao BES  
de Campolide**

**Rafael Alexandre Ferreira Mangana Monteiro Silva**

**Orientador: Professor Doutor José Ricardo Carvalheiro**

**Dissertação de Mestrado em Jornalismo: Imprensa, Rádio e  
Televisão**

**Covilhã e UBI, Agosto 2009.**

**A televisão privada em Portugal e as  
realidades múltiplas: O assalto ao BES de  
Campolide**

**Rafael Alexandre Ferreira Mangana Monteiro Silva**

**Tese submetida à Faculdade de Artes e Letras da Universidade da  
Beira Interior para obtenção do grau de Mestre em Jornalismo:  
Imprensa, Rádio e Televisão**

Para a minha mãe.  
Em memória do meu avô, Álvaro Mangana.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, José Ricardo Carvalheiro, por todo o apoio, dedicação e empenho na realização desta tese.

Aos professores da Universidade da Beira Interior, que ao longo de cinco anos me transmitiram o seu conhecimento e, inconscientemente, me incentivaram a seguir em frente.

Aos meus colegas de curso, em especial ao Igor, ao Fábio, ao Manel, à Joana e ao César, pela amizade e apoio.

Ao Filipe, pela amizade e por me ter facilitado o acesso ao material que serviu de base a este estudo e sem o qual era impossível concretizá-lo.

À Ana e ao Relvas, pela amizade, carinho e pelas horas perdidas, fundamentais para que este trabalho fosse uma realidade.

Um abraço especial ao Hélder, pela força, pelo apoio, por ter acreditado neste projecto desde o primeiro momento, pelas leituras e trocas de ideias em torno deste estudo, e pela amizade que me dispensa de há 12 anos a esta parte.

À Rute. Pelas horas roubadas por este trabalho e por todo o carinho e paciência mesmo nos momentos mais difíceis desta caminhada.

À minha família, em especial à minha avó, Alzira, às minhas tias, Armanda e Licínia, e à minha prima Catarina, sem as quais, por uma razão ou por outra, este trabalho não se concretizaria.

À minha guia, à minha companheira, à minha melhor amiga, à minha mãe, Isabel Mangana, por tudo.

Este trabalho é em memória do meu avô, Álvaro Mangana, que certamente gostaria de estar presente neste momento para viver comigo esta vitória.

## RESUMO

Tradicionalmente um país emigrante, Portugal enfrenta, no início do século XXI, um crescimento relativamente ao número de indivíduos que chegam de outros países. Presentemente, 6% dos habitantes que ocupam o território português são pessoas estrangeiras e mais de 10% da população activa é imigrante. Não admira, pois, que estes grupos se constituam como temas de especial interesse para os *mass media* portugueses, no que ao tratamento jornalístico diz respeito. Ainda assim, por ser um fenómeno relativamente recente no nosso país, os jornalistas – tal como vários outros agentes sociais – poderão ter alguma dificuldade em lidar com “o outro”, com diferentes culturas, diferentes hábitos, diferentes maneiras de estar em sociedade, podendo cair, por vezes, em algumas ideias pré-concebidas, preconceitos que se foram enraizando ao longo do tempo, muitas vezes por desconhecimento. Torna-se, pois, de especial relevância e interesse, saber até que ponto, os *media* (re)produzem ideias socialmente aceites e que, por vezes, não correspondem a outras realidades, a outros contextos díspares. Neste sentido, autores como Alfred Schutz, Erving Goffman, Gaye Tuchman, Peter Berger, Thomas Luckmann, Walter Lippmann, Niklas Luhmann, Pierre Bourdieu ou Stuart Hall, desenvolvendo conceitos como, «realidades múltiplas», «enquadramento», «frame», «tipificação» ou «representações culturais», afiguram-se como essenciais para o desenvolvimento deste estudo. É neste contexto que tentaremos encontrar respostas a algumas questões, que giram em torno da forma como os *mass media* constroem, ou não, a realidade, enquadram ou recriam contextos, apresentando ideias associadas a preconceitos, numa realidade que poderá ser, eventualmente, estereotipada.

**Palavras-chave:** *Mass media*, realidades múltiplas, estereótipos, «frame», representações culturais.

## ABSTRACT

Traditionally an emigrant country, Portugal faces, in the beginning of the XXI century, an increasing growth of the number of individuals arriving from foreign countries. Presently, 6% of the inhabitants living in portuguese territory is constituted by non-national persons and more than 10% of the active population is immigrant. Not surprisingly, these groups tend to be especially interesting to the Portuguese mass media in what concerns to journalistic material. Yet, for being a recent phenomenon in our country, the journalists – as other social agents -, may have some difficulties to deal with “the *Other*”, with different cultures, different habits, different ways of being in society, and may fail, occasionally, because of pre-conceived ideas, prejudices that took place as time went by, many times for ignorance. For all these reasons, it is relevant and interesting to understand how the media can (re) produce social accepted ideas which, sometimes, do not correspond to other realities, to other different contexts. That is why, authors like Alfred Schutz, Erving Goffman, Gaye Tuchman, Peter Berger, Thomas Luckmann, Walter Lippmann, Niklas Luhmann, Pierre Bourdieu or Stuart Hall, developed concepts like “multiple realities”, “framing”, “frame”, “typification”, or “cultural representations”, which are necessary to understand this study. In this context, we will try to find answers to these questions, concerning to the way mass media do, or do not, construct the reality, enchase or recreate contexts, presenting associated ideas to prejudices in a reality which can, eventually, be stereotyped.

**Keywords:** *Mass media*, **multiple realities**, **stereotypes**, **«frame»**, **cultural representations**.

## ÍNDICE

<b>Agradecimentos</b>	iv
<b>Resumo</b>	v
<b>Abstract</b>	vi
<b>Índice de Figuras</b>	ix
<b>Introdução</b>	1
<b>Capítulo 1: Da Fenomenologia à Construção Social da Realidade</b>	5
1.1. As origens da Fenomenologia	5
1.2. O <i>Método Fenomenológico</i> de Edmund Husserl	8
1.3. A Fenomenologia Social de Alfred Schutz	14
1.4. A realidade dos <i>mass media</i> para Niklas Luhmann	21
1.5. Walter Lippmann e o processo de estereotipagem	23
1.6. Harold Garfinkel e a Etnometodologia	25
1.7. A noção de <i>frame</i> como parte da realidade	27
1.8. Peter Berger e Thomas Luckmann e a Construção Social da Realidade	30
1.8.1. As interações sociais e a importância da linguagem	32
<b>Capítulo 2: O poder e a influência social dos <i>mass media</i></b>	37
2.1. Condicionais socio-culturais inerentes à produção noticiosa	37
2.2. Pierre Bourdieu e a televisão como meio de comunicação de massas	43
2.2.1. Sobre os «instrumentos de manipulação» da televisão	47

<b>Capítulo 3: <i>Media</i> e minorias: para uma contextualização do fenómeno da imigração</b>	50
3.1. A imigração e as minorias na Europa	50
3.2. Os <i>mass media</i> em Portugal e a representação das minorias	53
3.3. Os imigrantes e a televisão	54
<b>Capítulo 4: “O assalto ao BES de Campolide”: o caso</b>	62
4.1. Objectivos e Metodologia	62
4.2. “O assalto ao BES de Campolide”: O facto	64
4.3. “O assalto ao BES de Campolide”: A notícia	65
4.3.1. O “por quê” depois de tudo: O respeito incondicional à pirâmide invertida	78
<b>Conclusão</b>	87
<b>Bibliografia</b>	90

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	66
Figura 2	70
Figura 3	70
Figura 4	70
Figura 5	71
Figura 6	74
Figura 7	74
Figura 8	75
Figura 9	75
Figura 10	76
Figura 11	76
Figura 12	77
Figura 13	77
Figura 14	80
Figura 15	80
Figura 16	81
Figura 17	83
Figura 18	84
Figura 19	84
Figura 20	85
Figura 21	85

## INTRODUÇÃO

O reconhecimento de uma dimensão conflitual e fragmentadora da realidade social dos imigrantes não dispensa, conforme estudos recentes o comprovam, uma análise do paradigma de investigação que constitui o fenómeno da globalização nos meios de comunicação social, especialmente nos *media* televisivos. No nosso país, “a diferença” está agora a chegar à esfera sócio-cultural e, conseqüentemente, os agentes sociais – sendo que os *media* não são excepção – estão ainda a “aprender” a viver num contexto social cada vez mais globalizado, o que, por vezes se torna intrincado, devido às dificuldades inerentes à convivência com diferentes realidades, culturas e formas distintas de encarar o mundo.

A investigação jornalística no nosso país sobre fenómenos etnográficos tem privilegiado um estudo progressivo sobre o tratamento e cobertura que a imprensa escrita nos oferece sobre este fenómeno. Assim, faz sentido perguntar se não haverá lugar para uma investigação jornalística acerca da cobertura que a televisão faz sobre fenómenos que envolvam imigrantes, pelo que nos propomos analisar um caso paradigmático de convivência entre os *mass media* e as minorias. Pegando no acontecimento mediático que ficou conhecido como o “assalto ao BES de Campolide”, tentaremos encontrar algumas respostas, que nos darão, certamente, pistas para percebermos esta difícil relação.

Neste sentido, e na tentativa de desenvolvermos um corpo teórico sólido que nos ajude a formular algumas questões relacionadas com o fenómeno supracitado de relação entre os *media* e as minorias, a presente dissertação divide-se em quatro capítulos, cujos conteúdos passamos a apresentar. No primeiro capítulo, intitulado «Da Fenomenologia à Construção Social da Realidade», propomo-nos abordar conceitos essenciais para a compreensão da visibilidade concedida às identidades sociais e colectivas. Neste capítulo começamos por “desmontar” a própria ideia de Fenomenologia, um conceito, porventura, mais abstracto e, por isso mesmo, mais difícil de ser directamente canalizado para uma análise empírica. As origens da Fenomenologia constituir-se-ão como uma rampa

## INTRODUÇÃO

de lançamento para a exposição das investigações de autores como Alfred Schutz, Erving Goffman ou Gaye Tuchman, que apontam para uma linguagem jornalística que ambiciona aproximar-se da transmissão das normas e estereótipos socialmente aceites. Segundo a análise da Fenomenologia Social, os agentes sociais reproduzem de forma rotineira as condições da atitude natural, a qual é apreendida a partir do conhecimento de “receitas” e comportamentos típicos que permitem assegurar a continuidade e a ordem social. Assim, a linguagem jornalística tende a reproduzir o que é socialmente aceitável e encontra-se ajustada a processos de tipificação que implicam uma construção social da realidade assente em enquadramentos que resultam em quadros da experiência que estruturam a linguagem e os fluxos comunicacionais. A atitude jornalística é conformada pelo padrão da estabilidade social, nos livros de estilo e, por vezes, os acontecimentos que envolvem imigrantes, sobretudo os de Leste da Europa, África e Brasil, são notoriamente baseados em processos de tipificação conforme tão bem se viu no famoso caso do “Arrastão” da Praia de Carcavelos. Walter Lippmann, na sua obra *Public Opinion*, perspectivou a imprensa como um dos agentes modeladores do conhecimento, tendo atentado sobretudo no uso e na criação jornalística de estereótipos, que o autor vê como formas simplificadas e distorcidas de entender a realidade.

De alguma forma, podemos aqui abordar a questão da representação da realidade social através dos noticiários televisivos, isto é, procurar descortinar se os meios jornalísticos reproduzem a realidade social dos imigrantes ou se, por outro lado, tendem a representar estereotipadamente essa realidade, criando, assim, um «pseudo-ambiente», para nos socorrermos da expressão de Lippmann, dissonante da realidade em si, mas referencial para o público que o veria como o verdadeiro “ambiente”. Ora, este trabalho propõe-se, numa das suas linhas orientadoras, estudar as percepções mediaticamente induzidas sobre a realidade e saber se são ou não dissonantes da realidade em si devido à tal estereotipagem, isto é, devido a um enquadramento construído pelos *media* que “influiria” no ambiente e na própria realidade social em si. Desde Park (1939) que os *media* são vistos como agentes susceptíveis de modelar o conhecimento, sobretudo, devido à sua capacidade de se aculturarem e de se adaptarem a diferentes contextos. Este

## INTRODUÇÃO

facto pode ajudar a explicar o porquê da escolha de determinado ângulo ou enquadramento que muitas vezes acaba por reproduzir uma realidade estereotipada e rotineira. A teoria das realidades múltiplas, ao chamar a atenção para uma pluralidade de estilos cognitivos, descobre a possibilidade de estudar formas de racionalidade diversas. Cada mundo da vida integra os que dele fazem parte e exclui, naturalmente, os restantes.

Neste sentido, o segundo capítulo - «O poder e a influência social dos *mass media* – poderá dar um contributo relevante para percebermos até que ponto os meios de comunicação se podem constituir como agentes modeladores da realidade. Fazendo a ponte com o capítulo anterior, partiremos das teorias construtivistas – que defendem as notícias como construção –, desembocando em autores como Stuart Hall ou John B. Thompson, que, através de conceitos como as «representações culturais» ou «mapas de significado» nos remetem para o sentido mais pragmático do que representa a criação de mecanismos sociais de defesa e de descodificação de realidades que, muitas vezes, estão tão próximas e, ao mesmo tempo, tão longe da sociedade, tomada como um todo, e, conseqüentemente, dos seus valores e coordenadas culturais. Posteriormente, pomos a nu o pensamento de Pierre Bourdieu, que na obra *Sobre a Televisão* nos dá uma ideia mais precisa no que concerne a esta temática dos mecanismos de construção da realidade por parte dos *mass media*.

Ora, posto isto, não faria sentido estudarmos um caso de cobertura mediática de imigrantes em Portugal, sem antes nos munirmos de alguns dados, estatísticas e tendências do tratamento concedido a estes grupos minoritários da sociedade portuguesa, ao longo dos últimos anos. No caso português, as representações mediáticas das identidades têm oscilado entre a delinquência, gangs e “estórias” de racismo que são facilmente compatíveis com uma cada vez maior estigmatização populista. No terceiro capítulo, intitulado «*Media* e minorias: para uma contextualização do fenómeno da imigração», descrevemos a situação actual da representação de minorias em Portugal por parte dos meios de comunicação social, nomeadamente, a televisão, como nosso objecto primordial de estudo.

## INTRODUÇÃO

No quarto e último capítulo – «”O assalto ao BES de Campolide”»: o caso» –, iremos pegar neste acontecimento, por um lado, em dois momentos distintos, por outro, por um canal privado de referência, para, entrecruzando alguns dos conceitos apreendidos nos capítulos anteriores, escalpelizarmos possíveis sinais de tipificação da realidade, de tratamento jornalístico das minorias (no caso, imigrantes brasileiros), tendo em conta ideias sociais formatadas e comumente aceites e enquadramentos possíveis de uma mesma realidade.

Tratando-se de uma análise a um acontecimento pelo prisma da televisão, para além da habitual e natural análise da palavra, serão também formuladas algumas considerações acerca das imagens difundidas, sempre que, no nosso entender – e tal como no caso da análise textual – se justifique, tendo em conta critérios que se prendem com a procura de mecanismos tipificadores, ou não, da realidade, e da tentativa de percebermos até que ponto estes imigrantes são enquadrados num conjunto de «mapas de significado» específico – para nos socorremos do conceito de Stuart Hall –, inerentes ao simples facto de os *media* fazerem parte de um grupo vasto, a que chamamos sociedade. Neste sentido, questões que se prendem com a discussão em torno desta relação minorias/*media*, não sairão, por certo, sem resposta.

## 1. Da Fenomenologia à Construção Social da Realidade

*O acto de produzir a notícia é o acto de construir a própria realidade e não tanto a imagem da realidade.*

**Gaye Tuchman (1978)**

### 1.1. As origens da Fenomenologia

Antes de abordarmos o conceito e o estudo de Edmund Husserl sobre a Fenomenologia, convém, previamente, desvelar a génese desta corrente de pensamento, bem como os seus precursores. Com efeito, etimologicamente, o termo *fenomenologia* deriva do grego *phainesthai* (aquilo que se representa ou que se mostra), e de *phainomenon* (fenómeno) e *logos*, que nos remetem para o seu sentido primeiro: a ciência que se dedica ao estudo dos fenómenos em si mesmos, sendo que tudo o que possamos saber do mundo se resume a esses fenómenos, no fundo a esses objectos ideais que existem na mente, cada um designado por uma palavra que representa a sua essência, a sua significação.

A fenomenologia não se ocupa de argumentos, mas antes da descrição precisa de fenómenos, do que aparece, do que acontece. Preocupando-se em responder à questão “o que é?”, à fenomenologia não lhe interessa saber se o objecto que se investiga existe ou não existe. Tem por base o método descritivo (descreve os fenómenos da consciência) e a sua complexidade advém da dificuldade de se descrever os fenómenos em si mesmos, tal como aparecem, independentemente de explicações psicológicas do próprio acto de conhecimento.

Ora, o conceito de «fenómeno» – do grego *phainomenon* (aquilo que aparece) - surge pela primeira vez em 1764, com Jean Lambert, que considera a fenomenologia como sendo a investigação que tem por objectivo a distinção entre a verdade e a aparência, por forma a debelar as ilusões que surgem frequentemente no pensamento. Segundo o autor, o fenómeno surge por oposição à objectividade e, desta forma, aquilo que aparece, que é sensível (o fenómeno) é frequentemente uma aparência, uma ilusão, pois os sentidos muitas vezes enganam. A verdadeira ciência é, pois, a ciência da verdade, que não se limita a descrever empiricamente aquilo que aparece.

O estudo do *fenómeno* é retomado por Immanuel Kant, que dá à fenomenologia o sentido de ciência que estuda a matéria enquanto objecto possível da experiência, passível de experimentação.

Para o filósofo, o fenómeno não é uma ilusão, sendo que os dados sensíveis são necessários para perceber as coisas. É com base nos dados dos sentidos que o cientista vai pensar a realidade, sendo que só chegamos à lei física através do fenómeno, que não é objectivo e que, por isso, está entre a ilusão e a objectividade.

As coisas não podem ser conhecidas na sua plenitude, dado que nem todos os sinais que recebemos das coisas são aceites pela mente, pelo que - segundo o autor - não podemos conhecer inteiramente o real. Desta forma, o fenómeno é, do ponto de vista kantiano, apenas o que podemos conhecer do real, ou seja, aquilo que a mente pode assimilar.

Em 1807, Hegel publica *Fenomenologia do Espírito*, onde defende que o *fenómeno* é aquilo que aparece à experiência, que forma a consciência. No entanto, para o autor, a experiência é algo muito amplo e complexo, estendendo-se à política, à moral, à cultura em geral, não se limitando, desta forma, a ser considerada somente uma experiência do conhecimento. Esta asserção vai de encontro às ciências sociais, sendo uma experiência histórica mais complexa que a exposição da física; é uma experiência humana, global e completa. O fenómeno é dado na experiência, mas ele é um elemento histórico-cultural.

Hegel tem um conceito vasto de fenomenologia. Para o filósofo alemão esta é a disciplina que conta a experiência da consciência, uma fenomenologia que tem por objectivo o desenvolvimento progressivo da consciência, desde a simples sensação até à razão universal ou *saber absoluto*, ciência da lógica, sendo considerada pelo autor como que se de um “prefácio” à própria ciência da lógica se tratasse. Eis a explicação de Hegel:

O ser aí imediato do espírito – a consciência – tem os dois momentos: o do saber e o da objectividade, negativo em relação ao saber. Quando nesse elemento o espírito se desenvolve e expõe seus momentos, essa oposição recai neles, e então surgem todos como figuras da consciência. A ciência desse itinerário é a ciência da experiência que faz a consciência; a substância é tratada tal como ela e seu movimento são objectos da consciência. A consciência nada sabe, nada concebe, que não esteja em sua experiência, pois o que está na experiência é só a substância espiritual, e em

verdade, como objecto de seu próprio Si. O espírito, porém, se torna objecto, pois é esse movimento de torna-se um Outro – isto é, objecto de seu Si – e de suprasumir esse ser-outro. Experiência é justamente o nome desse movimento em que o imediato, o não experimentado, ou seja, o abstracto – quer do ser sensível, quer do simples apenas pensado – se aliena e depois retorna a si dessa alienação; e por isso – como é também propriedade da consciência - somente então é exposto em sua efectividade e verdade.<sup>1</sup>

Os *fenómenos* da fenomenologia de Hegel não são, pois, os *fenómenos* de Kant ou de Lambert. Aqui, os *fenómenos* são saberes, as tais configurações da consciência. Cada forma de saber (tomada como objecto) - que a consciência natural deve percorrer para se transformar em consciência filosófica - é ao mesmo tempo um fenómeno, relacionado com o saber, de tal forma, que aparece diante da consciência.

Para Franz Brentano - que se começa a aproximar da fenomenologia moderna - o fenómeno pode ser psíquico ou físico.

Os fenómenos psíquicos são considerados permanentes, por oposição ao transcendente – só o sujeito que os vive é que lhes tem acesso. Os fenómenos físicos são passíveis de dúvida e só têm relações físicas em relação a outros, ao contrário dos psíquicos, que são indubitáveis e têm uma relação intencional com as coisas. Brentano considera que esta intencionalidade não estaria relacionada com os objectos reais, mas antes, relacionar-se-ia com os objectos intencionais, tratando-se, desta forma, de uma relação psíquica. Intencionalidade é, assim, a presença intencional do objecto na consciência, portanto, nos fenómenos psíquicos.

Em *Fenomenologia e Hermenêutica*, João Paisana refere a explicação de fenómeno psíquico de Brentano:

O que caracteriza todo o fenómeno psíquico é o que os escolásticos da Idade Média chamaram presença (Inexistenz) intencional e que nós poderíamos denominar por... relação a um conteúdo, direcção para um objecto (sem que seja necessário entender por tal uma realidade) ou objectividade imanente. Todo o fenómeno psíquico contém em si alguma coisa a título de objecto, mas cada um contém-no a seu modo.” E precisando ainda o seu pensamento, o autor acrescenta: “Esta presença intencional pertence exclusivamente os fenómenos psíquicos. Nenhum fenómeno físico apresenta algo semelhante. Podemos definir os fenómenos psíquicos dizendo que são os fenómenos que contêm intencionalmente um objecto.”<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Hegel, G. W. F., *Fenomenologia do Espírito – Parte I*, Editora Vozes, Petrópolis, 2001, p. 40.

<sup>2</sup> Paisana, João, *Fenomenologia e Hermenêutica – A relação entre as filosofias de Husserl e*

Por conseguinte, a psicologia deveria fazer uma espécie de classificação dos objectos intencionais, sendo esta mesma psicologia descritiva e não explicativa, limitando-se a descrever os fenómenos, sem explicar o seu porquê. Para tal, visando a classificação dos fenómenos psíquicos (intencionais), o autor expõe alguns tipos de intencionalidade. A representação, o juízo e o sentimento distinguiriam este tipo de fenómenos, tendo em conta a natureza do acto intencional em causa, existindo em todos eles uma referência expressa a um objecto.

O carácter intencional da consciência, bem como, o de toda a vivência psíquica, seriam sempre dados pela experiência. Desta forma, tomando a consciência como objecto da experiência, Brentano classifica-a de ciência empírica, sendo que, por outro lado, os fenómenos físicos são objecto das restantes ciências da natureza.

## **1.2. O Método Fenomenológico de Edmund Husserl**

Depois de explanada a origem etimológica da palavra «fenomenologia», bem como, os primeiros estudos realizados em torno do «fenómeno» e que viriam a dar origem a esta corrente de pensamento, interessa pois, destacar a génese da Fenomenologia e o seu principal teorizador.

É com Edmund Husserl, às portas do século XX, que a Fenomenologia nasce verdadeiramente, não tanto como uma escola associada a um sistema ou doutrina, mas antes como uma corrente de pensamento, que impõe a si mesma a tarefa de descrever o que aparece enquanto aparece, através do seu método fenomenológico. «O método da crítica do conhecimento é o fenomenológico; a fenomenologia é a doutrina universal das essências, em que se integra a ciência da essência do conhecimento».<sup>3</sup>

Efectivamente, para Husserl, a Fenomenologia é descritiva, mas é uma ciência rigorosa, sendo que, aquilo que aparece, é; portanto, o fenómeno é o

---

Heidegger, Editorial Presença, Lisboa, 1992, p. 41.

<sup>3</sup> Husserl, Edmund, *A Ideia da Fenomenologia*, Edições 70, Lisboa, 2000, p. 22.

próprio ser. Desta forma, o autor opõe-se ao cepticismo - segundo o qual tudo o que nos é dado é pura ilusão - e ao idealismo - que defende que os fenómenos dão acesso ao sensível, que não sendo por si só a realidade, permitem alcançá-la associando-se ao pensamento.

O filósofo alemão defende que as coisas tal como são dadas já não são uma aparência, mas sim as próprias coisas. A consciência, individualmente considerada, já não existe, correlacionando-se com o ser, sendo que, desta forma, o fenómeno é pensado no seu conjunto.

Toda a realidade é fenómeno e a sua estrutura é fenoménica. Ora, o autor considera que o fenómeno é aquilo que podemos ver, aquilo que pode ser objecto de uma «observação pura». A Fenomenologia baseia-se justamente na descrição dessas vivências e no conhecimento proveniente deste mesmo olhar sobre as coisas. O projecto fenomenológico husserliano remete-nos para o «regresso às próprias coisas». Toda a Fenomenologia de Husserl segue a máxima de “voltar às coisas mesmas”, a qual implica um dos preceitos basilares de toda a metodologia fenomenológica: a desconstrução do real enquanto absoluto, tomando-se os objectos por si mesmos, tal como aparecem à consciência. Pretendendo apresentar a fenomenologia como sendo a “mãe da filosofia”, capaz de fundamentar todas as ciências, opunha-se às abstracções metafísicas, defendendo o regresso à reflexão sobre o concreto, algo que Kant não conseguira, uma vez que a sua filosofia não incluía a pesquisa sobre a forma como chegamos ao conhecimento dos objectos exteriores à consciência. Husserl ambicionava ultrapassar esta barreira, uma vez que se partia do princípio de que a percepção pura desvelaria a essência das coisas.

Com efeito, a Fenomenologia foca-se na experiência intuitiva capaz de apreender o mundo exterior, pondo em causa a crença mantida até então, segundo a qual os objectos existiam independentemente de nós mesmos, nesse tal mundo que nos seria alegadamente estranho. Com Husserl a fenomenologia passa a ocupar-se do estudo dos fenómenos puros, enquanto disciplina que descreve tudo quanto se revela no campo da consciência transcendental. O autor considera que, ao nível da consciência, poderemos ter a certeza relativamente à maneira como apreendemos os fenómenos em si mesmos – quer sejam reais ou não – ainda que

possa não haver evidências acerca da sua existência independentemente das coisas. Toda a consciência é consciência de algo e, por conseguinte, não há consciência sem um objecto de referência, porque um pensamento está sempre relacionado com algum objecto. O mundo exterior fica assim circunscrito àquilo que se forma na nossa consciência, às realidades que formam os «puros fenómenos», num processo a que Husserl chama a «redução fenomenológica». Como nos faz notar o filósofo:

A fim de obter o fenómeno puro, teria então de pôr novamente em questão o eu, e também o tempo, o mundo, e trazer assim à luz um fenómeno puro, a pura *cogitatio*. Mas posso também, ao perceber, dirigir o olhar, intuindo-a puramente, para a percepção, para ela própria tal como aí está, e omitir a referência ao eu ou dela abstrair: então, a percepção visualmente assim captada e delimitada é uma percepção absoluta, privada de toda a transcendência, dada como fenómeno puro no sentido da fenomenologia.<sup>4</sup>

Ora, se é impossível a existência de um acto de pensamento consciente sem um objecto de referência, da mesma forma, não pode existir um objecto sem um sujeito capaz de o interpretar e apreender. Tudo o que fique de fora desta correlação deverá ser excluído, por não ser inerente à própria consciência e porque não é real, sendo que, os fenómenos são reais enquanto parte do mundo concebido pela nossa consciência. Daqui se pode concluir que os fenómenos só existem porque são compreendidos, na medida em que lhes conseguimos dar um significado.

A fenomenologia de Husserl visa encontrar as leis puras da consciência intencional. A intencionalidade é a forma particular de ser da consciência, compreendida como um puro acto de “se lançar em direcção a”, dado que não há consciência que não se dirija a um determinado objecto, sendo que desta forma, qualquer objecto apenas existe quando acoplado a uma consciência. Nesta concepção, “sujeito” e “objecto” são dois pilares de uma mesma realidade.

Todavia, é necessário encontrar um processo que mostre a estrutura integral da consciência. Daí que a fenomenologia consista, então, na apresentação “das coisas nelas mesmas”, devendo englobar todos os pressupostos de conhecimento, visando a apreensão da consciência no seu mais puro carácter

---

<sup>4</sup> Husserl, Edmund, *Op. Cit.*, p. 71.

fenomenal. Para tal, ela parte do processo de «redução» (em grego, *epoché*), que se baseia num «colocar entre parêntesis», numa suspensão de qualquer crença ingênua e imediata relativamente à existência das coisas, libertando assim o fenómeno, puramente considerado, no fundo, reconduzindo-o à consciência como à sua fonte de constituição. Nas palavras de Husserl:

(...) a redução fenomenológica não significa a limitação da pesquisa à esfera da imanência ingrediente, à esfera do incluído como ingrediente no isto absoluto da *cogitatio*; não significa de modo algum o confinamento à esfera da *cogitatio*, mas a restrição à esfera do *dar-se em si puro*, à esfera daquilo de que não só se fala e que / não só se intenta; também não à esfera do que se percebe, mas à esfera do que está dado exactamente no sentido em que é visado, e autodado no sentido mais estrito, de tal modo que nada do intentado deixa de estar dado. Numa palavra, restrição à esfera da pura evidência, entendendo, porém, a palavra em certo sentido estrito, que exclui já a «evidência mediata» e, sobretudo, toda a evidência em sentido laxo.<sup>5</sup>

O processo de redução fenomenológica de Husserl começa por dispensar toda e qualquer doutrina filosófica; ao fenomenológico pouco lhe interessam as opiniões alheias, investindo contra as próprias coisas. Feita previamente esta eliminação - que decorre do facto de a fenomenologia se interessar pela essência das coisas -, temos a «redução eidética», onde os conceitos são reduzidos à sua forma pura. O mundo é posto entre parênteses, tentando-se extrair todos os elementos puros que constituem os fenómenos. Posteriormente, a consciência em si volta-se para ela própria, no que Husserl denomina de «redução transcendental». Na «redução eidética» trata-se de reduzir os fenómenos em si, ao passo que na «redução transcendental» é a própria consciência que é objecto de «redução». A «redução» é dita «transcendental» (do latim *transcendere*, “passar para além”, o que torna possível qualquer conhecimento, independentemente de qualquer experiência), por revelar a consciência, sendo que sem isso os fenómenos não teriam qualquer sentido.

De qualquer das formas, é conveniente não confundir a ideia de redução fenomenológica com uma outra, a de «atitude natural». Aliás, o próprio Husserl faz a distinção dos dois conceitos. Na atitude natural - e contrariamente à «dúvida cartesiana», que põe em causa a objectividade da percepção, bem como, a

---

<sup>5</sup> Husserl, Edmund, *Op. Cit.*, p. 90.

utilidade de experiências passadas na vida futura - as coisas são-nos apresentadas de forma natural, levando-nos a um comportamento meramente «intuitivo» e espontâneo, pois não pensamos acerca do conhecimento específico das coisas, mas antes, agimos naturalmente sobre elas, dando-se uma suspensão da dúvida, que leva, inclusivamente, o sujeito a crer que determinadas acções bem sucedidas no passado serão igual e indubitavelmente bem sucedidas no presente e futuro, quando submetidas às mesmas condições. Como, sobre este ponto, constata o autor:

*A atitude espiritual natural* não se preocupa ainda com a crítica do conhecimento. Na atitude espiritual natural viramo-nos, intuitiva e intelectualmente, para *as coisas* que, em cada caso, nos estão dadas e obviamente nos estão dadas, se bem que de modo diverso e em diferentes espécies de ser, segundo a fonte e o grau de conhecimento. Na percepção, por ex., está obviamente diante dos nossos olhos uma coisa; está aí no meio das outras coisas, vivas e mortas, animadas e inanimadas, portanto, no meio de um mundo que, em parte, como as coisas singulares, cai sob a percepção e, em parte, está também dado no nexa da recordação, e se estende a partir daí ao indeterminado e ao desconhecido.<sup>6</sup>

Com efeito, a «atitude natural» designa a forma como entendemos e funcionamos no meio, no mundo em que estamos inseridos, pressupondo um agir desprovido da ideia da dúvida sobre as coisas, numa acção puramente espontânea de acreditar que as coisas são tal qual se nos apresentam. Por outro lado, a redução fenomenológica implica uma submissão à dúvida. Ela pressupõe uma atitude reflexiva sobre a origem das coisas, numa suspensão do juízo sobre o mundo, não no sentido cartesiano acima referido, mas antes, no sentido de suspensão da crença do próprio investigador no mundo exterior, sendo esta mesma crença considerada tendo em conta a interpretação comum ou a interpretação de filósofos ou cientistas. Com a *epoché*, o sujeito liberta-se da sua pré-concepção do mundo, sendo que, a sua relação com o mundo e a consciência que dele tem são realidades autónomas, perspectivando-se um retorno à consciência que se possui do mundo.

A fenomenologia de Edmund Husserl tentou, também, ultrapassar o «solipsismo», a separação entre o eu e o outrem (quando vistos como duas entidades distintas). A noção de um afastamento entre estes dois termos epistemológicos é abandonada em detrimento do conceito já referido de «intencionalidade» da consciência, em que os objectos só existiriam como

---

<sup>6</sup> Husserl, Edmund, *Op. Cit.*, p. 39.

objectos da consciência do sujeito, sendo que, a consciência é sempre consciência de alguma coisa. Esta teoria da «intencionalidade» sustenta que a percepção das coisas procede por «aspectos», sendo invariavelmente incompleta, uma vez que qualquer objecto é sempre apreendido mediante um ponto de vista determinado e bem delimitado. Desta forma, o que é observado mostra-se através do acto de percepção, por via dos aspectos dependentes da atitude e determinação do ponto de vista de quem observa. Esta função dos «aspectos» na percepção envolve um conhecimento temporal, caracterizado por «horizontes», em que a percepção se desenvolve levantando hipóteses relativamente ao que está para lá dos «horizontes». Assim, a compreensão é sempre conduzida pelas expectativas que são criadas e associa-se à problemática da parte e do todo, sendo que a compreensão da parte se processa através da compreensão do todo, ainda que a percepção do todo só aconteça tendo em conta as partes que o compõem. A teoria da «intencionalidade» levanta assim o problema da existência de outros sujeitos, dado que, não nos é possível vivenciar a experiência de outra pessoa e a consideração dos «horizontes» da percepção. Com efeito, os aspectos apreendidos por um observador estão relacionados com os mesmos aspectos apreendidos por outro observador a partir de um ponto de vista diferente. As discordâncias entre ambos mostram que a percepção é intersubjectiva, revelando a dependência entre os diferentes observadores e o isolamento de cada um relativamente aos outros (o tal «solipsismo»). É o mesmo mundo que é assim apreendido, sendo que, outrem complementa e enriquece a minha compreensão desse mesmo mundo. Este outrem não é um mero objecto, mas também um sujeito, um «alter-ego», que apreende um mundo mediante uma perspectiva e de um ponto de vista distintos dos meus. Ora, é aqui que surge a ideia de «intersubjectividade», ideia essa que se baseia no facto do mundo ser partilhado por vários observadores e no conhecimento que tem por base os limites dos «horizontes», bem como naquilo que se supõe estar para além desses «horizontes» e que carece sempre de confirmação intersubjectiva.

A intersubjectividade transcendental possui, graças a este pôr em comum, uma *esfera intersubjectiva* de pertença em que ela constitui de uma maneira intersubjectiva o mundo objectivo; é assim, na qualidade de um «*nós*» *transcendental*, sujeito *para* este mundo assim como para o mundo dos homens, forma sob a qual esse mesmo sujeito se realiza como objecto. Distinguimos, uma

vez mais, a esfera da pertença intersubjectiva e o mundo objectivo. Todavia, ao colocar-me, como *ego*, no terreno da intersubjectividade constituída a partir das fontes que me são essencialmente próprias, devo reconhecer que o mundo objectivo já não lhe é, para falar com propriedade, transcendente, quer dizer, não transcende a sua esfera de pertença intersubjectiva; o mundo objectivo é-lhe inerente na qualidade de transcendência «imane».<sup>7</sup>

Este «mundo objectivo» é, então, do domínio da «intersubjectividade», sendo qualificado de «transcendência imane» deixando de ser transcendente. Dá-se, assim, a apreensão de um corpo idêntico ao meu dentro da minha esfera primordial. Deste modo, o fenómeno aparece, dado que esse corpo tem o significado de corpo orgânico, sendo evidente a relevância do outro para a minha percepção do mundo.

É por via da «intersubjectividade» que Husserl desenvolve aquilo que irá chamar de «mundo da vida» (*Lebenswelt*), um mundo constituído, que toda a consciência encontra na sua génese e no qual ela se inclui. Na «atitude natural» o autor mantém-se realista, numa perspectiva factual, tal como o homem vulgar; na atitude transcendental, não nega a realidade envolvente, pelo contrário, fixa-se nela enquanto concebida, apresentando-se-lhe esta posição como indispensável, com o intuito de começar pelo que lhe parece indubitavelmente evidente. O mundo será aquilo para onde remete todo e qualquer indivíduo e a partir do qual este se pode compreender. O individual não nos é dado a título definitivo, mas como um horizonte permanentemente aberto. É pelo mundo que o indivíduo adquire sentido e é o «mundo da vida» que sustenta a sua existência e dá orientação ao campo do eu.

### 1.3. A Fenomenologia Social de Alfred Schutz

Contrariamente a Husserl – que toma a consciência como sendo um domínio auto-suficiente da experiência, independente do tempo e do espaço – Schutz põe de lado uma filosofia sem pressupostos, evitando a problemática husserliana relativa à forma de como o “Ego transcendental” se constitui no “Ego empírico” individual. Recaindo sobre a «atitude natural», Schutz faz uma inversão

---

<sup>7</sup> Husserl, Edmund, *Meditações Cartesianas*, Rés, Porto, 1987, p. 137.

da *epoché* de Husserl, partindo do princípio que as pessoas interagem entre si num *Lebenswelt* já determinado, significativo e intersubjectivo. O autor defende o estudo da forma como as pessoas vivenciam esse *Lebenswelt*, sendo que, a «atitude natural» não é mais que a postura habitual do senso comum que as pessoas tomam neste contexto. A atitude natural não pressupõe, pois, a suspensão da crença da realidade; ao invés, presume a suspensão da dúvida de que algo poderá ser diferente daquilo que aparenta ser, ou seja, dá-se a “*epoché* da atitude natural”. Nas palavras do autor:

(...) não suspende a crença no mundo exterior e nos seus objectos (...) o que ele põe entre parêntesis é a dúvida de que o mundo e os seus objectos possam ser de outra maneira do que aquela que se lhe apresenta. Propomos chamar a esta *epoché*, a *epoché* da atitude natural.<sup>8</sup>

Em *On Multiple Realities* (1968), Schutz desenvolve a ideia de que cada um é susceptível de vivenciar vários subuniversos, ou aquilo que viria a ficar conhecido por “realidades múltiplas”. Dentro dessas realidades, o autor alemão debruça-se, particularmente, sobre o mundo quotidiano. De acordo com o estudo fenomenológico de Schutz, a atitude social que fundamenta este mundo é a “atitude natural”, isto é, os actores sociais em vez de adoptarem uma posição de permanente dúvida relativamente aos fenómenos sociais aceitam-nos como dados adquiridos.<sup>9</sup> Ou seja, – e transportando esta ideia para os media – os públicos não duvidam da essência idealista, atemporal e a-social de uma notícia na sua imanência, mas aceitam-na como a única forma material e não arbitrária do sucedido. Esse fenómeno surge à interpretação do público como natural.

Ainda assim, este pressuposto poderá ser por vezes erróneo, porquanto, nos nossos dias a crescente literacia mediática complexifica a recepção da informação veiculada. Alguns públicos – com uma cultura e um esclarecimento mais alargado acerca de possíveis mecanismos desenvolvidos pelos *media* – têm já uma consciência do carácter construído das notícias, sendo capazes,

---

<sup>8</sup> Pinheiro, Bruno Miguel, Elementos para uma compreensão das estruturas do mundo social no pensamento de Alfred Schutz, Campo das Letras –Editores, Porto, 2007, p. 31.

<sup>9</sup> Este preceito teórico de Schutz baseia-se numa inversão da teoria da “redução fenomenológica” – também designada por “pôr entre parêntesis” ou por “retorno à própria coisa” – de Edmund Husserl, uma das bases teóricas de Schutz, segundo a qual a atitude do filósofo “põe em dúvida a existência de um fenómeno objectivo para verificar a sua essência, como oposta à sua forma material no mundo social.”

inclusivamente, de lhe apontar “manipulações”. Tal situação dá-se quando estão em causa diferentes públicos (ou seja, distintas percepções sobre a realidade), como acontece com as minorias culturais face aos media maioritários (ou vice-versa), havendo públicos que suspendem, pelo menos temporariamente, a sua «atitude natural» face aos *media* noticiosos.

Segundo Gaye Tuchman<sup>10</sup>, que aplica as concepções de Schutz ao jornalismo, primeiramente os actores sociais aceitam como pressupostos naturais elementos como o tempo ou a intersubjectividade, que são socialmente adquiridos e construídos; em segundo lugar, os actores sociais comportam-se de uma forma activa, participante perante esses pressupostos, criando significações, instituições e preceitos sociais. No seguimento desta constatação, os públicos, a partir das notícias, produzem acepções e significados sociais que se tornarão vigentes na estrutura social, construindo assim a realidade social, no pleno sentido da sociologia interpretativa. Desta forma, a título de exemplo, ao entrar em contacto com uma notícia, o actor crê que esta existe efectivamente, tomando-a como uma “história da actualidade” e apreendendo-a numa estrutura temporal socialmente definida. O público que lê as notícias busca nelas sentido e apreende-as activamente, atribuindo significados às manchas de tinta que se lhes apresentam em forma de palavras e frases. Da mesma forma apreende sons articulados, a linguagem, declarações. Ora, também os jornalistas atribuem significados quando identificam algo passível de ser notícia. Tendo por base o pensamento de Schutz, através deste processo os actores sociais formulam significações e um sentido de partilha colectiva da ordem social. A ordem social depende, assim, desta partilha de significações.

Na análise ao “mundo da vida” – reprodução simbólica da linguagem, do conjunto de significados relativos a determinada visão de mundo, quer se reportem a factos objectivos, subjectivos ou às normas sociais – há sempre uma experimentação *a priori* do mundo e dos objectos que o compõem. Schutz defende a observação de acções típicas, coordenando-as com modelos construídos de agentes também típicos. De acordo com o autor, a percepção do

---

<sup>10</sup> Cfr. Tuchman, Gaye, *As notícias como uma realidade construída*, in: Esteves, João Pissarra (Org), *Comunicação e Sociedade – Os efeitos dos meios de comunicação de massa*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002. pp. 91-103.

comportamento dos outros é passível de uma análise fenomenológica, mediante um processo de tipificação, através do qual o indivíduo aplica esquemas de interpretação previamente apreendidos, visando a percepção do significado do que os outros fazem, sendo o relacionamento com o outro a base da relação social. Ou seja, aqui falamos em tipificação, enquanto processo de classificação de situações, de objectos, de contextos, tendo por base acontecimentos passados, os quais dão aos actores de acontecimentos futuros uma “bagagem” de conhecimentos de origem eminentemente social, que Schutz classifica de “pensar como sempre”.

Este “pensar como sempre”, ou se quisermos, o conceito de tipificação remete-nos para a ideia que o autor denomina de «relevância». Ou seja, a importância que um indivíduo atribui a aspectos previamente seleccionados, de contextos específicos e das suas actividades e planos.

O que é tido como pressuposto é, até segunda ordem, acredita-se, algo simplesmente “dado”, e “dado como me aparece” – isto é, como eu ou os outros em quem eu confio o vivenciaram e interpretaram. É dentro dessa zona de coisas pressupostas que temos de encontrar o nosso caminho. Todo o nosso possível questionamento do desconhecido só pode surgir dentro desse tal mundo de coisas supostamente já conhecidas, e pressupõe a sua existência.<sup>11</sup>

Sucintamente, Schutz faz a distinção entre a relevância «temática», «interpretativa» e «emocional». A primeira relaciona-se com a faculdade do actor definir temas, tomados como associados aos nossos interesses imediatos. A «relevância interpretativa» baseia-se na escolha de esquemas de interpretação, tendo em conta um “histórico” de experiências do actor. Por último, a «relevância motivacional» está associada, fundamentalmente, a interesses de ordem pragmática.

As relevâncias podem também dividir-se entre relevâncias «intrínsecas» ou «impostas». As primeiras resultam dos nossos interesses previamente estabelecidos pela nossa vontade de solucionar um problema ou atingir um objectivo através do nosso pensamento, da nossa acção, realizando algo que estava projectado. As relevâncias «impostas» associam-se a interesses e situações

---

<sup>11</sup> Schutz, Alfred, *Fenomenologia e Relações Sociais – textos escolhidos de Alfred Schutz*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979, p. 110.

que não são previamente definidas por nós e que temos de aceitar tal como se nos apresentam, não tendo poder para as alterar. Apenas podemos tentar transformá-las em relevâncias «intrínsecas».

O autor distingue ainda quatro zonas de relevância, organizadas de forma decrescente, tendo em conta a importância dada e os interesses do actor. Primeiramente, aquela que é facilmente observável e controlada por todos nós, ou seja, alterada e reorganizada através dos nossos actos; em segundo lugar, surge outra zona de relevância, em que, estando de certa forma inacessíveis ao nosso domínio, relacionam-se directamente com a zona de relevância primária, porquanto fornecem ferramentas que possibilitam a execução do nosso plano. Surgem depois as zonas a que Schutz chama de «relativamente irrelevantes», por não estarem relacionadas directamente com os interesses imediatos do acto; por último, o autor ressalva as zonas «absolutamente irrelevantes», que não influenciam as nossas acções, na busca por um objectivo.

Esta descrição genérica de zonas de relevância pode, aparentemente, torná-las fechadas em si. No entanto, dão origem a algumas zonas que se sobrepõem e apresentam-se como um elemento importante no processo de estratificação social. E aqui desembocamos, necessariamente e uma vez mais, na ideia de tipificação. Para Schutz, devemos observar acções e eventos significativos típicos e coordená-los com modelos construídos de agentes típicos.

Aquilo que é vivenciado como novo já é conhecido, no sentido de que lembra coisas parecidas ou iguais anteriormente percebidas. Mas o que já foi captado uma vez, em sua tipicidade, traz consigo um horizonte de experiências possíveis, com as referências correspondentes à familiaridade, isto é, uma série de características típicas ainda não realmente vivenciadas, mas que se imagina que possam ser vivenciadas.<sup>12</sup>

Por conseguinte, seria possível construir conceitos baseados em experiências reais e, através do diálogo, manter laços com a singularidade dos indivíduos comuns. A compreensão do comportamento dos outros pode ser analisada fenomenologicamente como um processo de tipificação, através do qual, o indivíduo utiliza esquemas interpretativos standardizados, apreendidos pela sua vivência para tentar aperceber o significado do que os outros fazem.

---

<sup>12</sup> Schutz, Alfred, *Op. Cit.*, p. 115.

Com efeito, a base das relações sociais está na experiência directa do outro. Em qualquer encontro face a face o indivíduo leva para a relação um conjunto de pressupostos, de conhecimentos do senso comum, de ideias estereotipadas, tipificando o outro e tentando calcular a provável reacção deste, face às suas acções, estabelecendo com ele uma comunicação. Perante cada situação que nos é apresentada, o indivíduo tende a reagir da mesma forma, tendo como referência situações passadas. Entende-se a linguagem jornalística como estando em conformidade com o senso comum, com o conhecimento socialmente aceite, estabelecendo um paralelismo entre o tipo de discurso jornalístico e a “atitude natural”. Tuchman<sup>13</sup> diz-nos que os jornalistas aceitam ou rejeitam à partida muitos factos, consoante eles confirmam ou contrariam o senso comum acerca de um assunto.

A crença natural num mundo, considerando a sua realidade, o seu “aqui e agora” e um passado e um futuro que nos é dado de uma forma semelhante, constitui a base filosófica do mundo, no sentido comum. Para Schutz, a realidade futura, aquilo que é eminente, tem por base a verdade aparente da atitude natural. A atitude natural é, então, adquirida através de uma suspensão prévia da dúvida; não a suspensão da crença num mundo exterior, mas a dúvida, enquanto existência.

Ao utilizar esta expressão – “atitude natural” – Schutz não vê o que nos é dado *a priori* como natural em si mesmo, não se preocupando com os fenómenos que acontecem no mundo, mas antes, com a atitude dos agentes sociais perante o mundo. Schutz acredita ainda que o conhecimento produzido está sempre relacionado com uma determinada situação vivenciada. Neste sentido, considera que todo o conhecimento é situacional. Crê que a produção de conhecimento é uma actividade própria do sujeito situado no mundo. É este quem se dá conta que as suas experiências com o mundo estão ordenadas e limitadas. Esta ordem e limitação determinam, por si só, o próprio conhecer. Ao falar sobre como acontece a aquisição do conhecimento, aponta dois momentos distintos: Primeiramente fala das condições para a aquisição de conhecimento, considerando que esta aquisição

---

<sup>13</sup> Cfr. Tuchman, Gaye, *A objectividade como Ritual Estratégico: Uma análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas* in Traquina, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, Lisboa, 1993, pp. 87-88.

é a síntese de experiências nas estruturas de sentido. Num outro momento, que se debruça fundamentalmente sobre a estruturação e organização do conhecimento, dependendo sempre das suas formas de aquisição, Schutz sublinha o facto de que o conhecimento do mundo da vida não é o resultado dos acontecimentos racionais da atitude teórica.

Schutz defende a observação de acções típicas, coordenando-as com modelos construídos de agentes também típicos. «(...)O que foi vivenciado na percepção real de um objecto é aperceptivamente transferido para qualquer outro objecto semelhante, meramente percebido como o seu tipo».<sup>14</sup>

De acordo com o seu pensamento, a percepção do comportamento dos outros é passível de uma análise fenomenológica, mediante um processo de tipificação, através do qual o indivíduo aplica esquemas de interpretação previamente apreendidos, visando a percepção do significado do que os outros fazem, sendo o relacionamento com o outro a base da relação social.

Para o autor, o conhecimento total do mundo não é, de todo, possível, uma vez que este conhecimento não se circunscreve naquilo que se possa ter afirmado até a um dado momento. Ainda assim, algo se desenvolve e se constrói e é aqui que se pode construir um sistema.

Ao aplicarmos esta forma de conceber a sociabilidade à realidade dos media, chegamos à linguagem jornalística enquanto reprodutora daquilo que é socialmente aceite no seio da atitude natural do mundo da vida, o que cria, nos meios de comunicação, quadros tipificados de reprodução noticiosa, pelo recurso a enquadramentos estereotipados, que acabam por servir de modelo aos fluxos comunicacionais, servindo, inclusivamente, de meio auxiliar aos seus utilizadores, que, desta forma, podem mais facilmente localizar, apreender e catalogar um sem número de ocorrências possíveis.

---

<sup>14</sup> Schutz, Alfred, *Ibidem*.

#### 1.4. A realidade dos *mass media* para Niklas Luhmann

Niklas Luhmann também tenta encontrar resposta à questão: «Como se constrói a realidade do sistema chamado sociedade?». Ora, no mundo da vida parte-se do princípio que o mundo é tal como se nos apresenta, sendo que, a multiplicidade de opiniões resulta de «diferentes perspectivas, experiências e recordações», no fundo, acontecimentos passados distintos e carregados de subjectividade. Luhmann parte do pressuposto de que os *mass media* «produzem e reproduzem» um conhecimento sobre o mundo.<sup>15</sup> Como nos faz notar o autor:

As divergências de opinião que são transmitidas pelos *mass media* operam com um espectro de atribuição causal tão diverso, que com ele dão a impressão (no que concerne aos factos) de que se trata de um todo compacto e definitivo que não poderia jamais separar-se.<sup>16</sup>

Porém, os *mass media* tendem a reproduzir o contrário, ou seja, uma certa simplificação na atribuição dos factos, dos valores, das emoções. A economia e o tempo serão os principais responsáveis por tal situação, daí que a comunicação nunca possa retratar a realidade tal como ela é. O autor acredita ainda que a realidade dos *media* tem em si um duplo sentido, isto é, a realidade que é visível a olho nu, aquela que se difunde, que se lê ou que se capta; e aquilo que aparece como realidade, ou por outras palavras, aquilo que os outros tomam por realidade, porque o apreendem dos meios de comunicação.

Na representação que os *media* fazem da sociedade, Luhmann destaca as «rupturas sociais e temporais», sendo que as primeiras são destacadas em detrimento da tranquilidade social e, por isso mesmo, a sociedade estimula-se para a inovação, produzindo problemas que impõem soluções, isto é, produzem temas de «valor positivo», ou seja, passíveis de terem um valor informativo. Também aqui os meios de comunicação parecem determinar o modo como deve ser

---

<sup>15</sup> Cfr. Luhmann, Niklas, *La realidad de los medios de masas*, Anthropos, Barcelona, 2000, pp. 111-113.

<sup>16</sup> «Los conflictos de opinion que transmiten los medios de comunicación de masas, operan con un espectro de atribución causal tan diverso, que con ello dan la impresión (con respecto a los hechos) de que se trata de un todo compacto definitivo que ya no podría desentrañarse más.» Cfr. Luhmann, Niklas, *Op. Cit.*, p. 113.

entendido o mundo e as perspectivas morais que devem organizar-se para obter a tal representação do mundo.<sup>17</sup> A moral é vista como um suplemento da compreensão, face à subjectividade que os *media* apresentam. Luhmann distingue “informação” de “acto de comunicar” para nos explicar claramente a problemática da subjectividade:

«(...) a realidade configura-se como uma forma que contém dois lados: o “que” e o “como”. O que se observa e o como se observa. E esta é precisamente a correlação da comunicação, em relação à diferença entre informação e acto de comunicar. Só quando se tem diante da vista esta diferença se pode compreender alguma coisa; é dizer, “compreender”, no sentido de infinitas possibilidades de exploração do lado da informação, ou do lado do esquema (*frames*) e dos motivos que acompanham o acto de comunicar.<sup>18</sup>

Ora, a informação associa-se ao tal «valor positivo», que possibilita o funcionamento do sistema. Por outro lado, a comunicação dessa informação, ou se quisermos, o «acto de comunicar», está intimamente relacionado com uma parte seleccionada da realidade (*frame*). A realidade dos *mass media* é tomada como sendo a realidade da «observação de segunda ordem», sendo que estes substituíram algumas áreas do conhecimento que observavam a realidade de um ponto de vista privilegiado, como os sacerdotes ou o Estado. O modelo será, então, esta observação de segunda ordem, ou seja, a sociedade permite que o sistema dos *media* a observe, dando-se uma observação da observação. Com Luhmann, a sociedade tem a particularidade de se observar a si própria, onde os *mass media* são, por si só, um sistema social. A comunicação dos *media* não é, nem política, nem económica, nem outra qualquer. É, antes, uma comunicação dotada de um código próprio, em que os *media* são o resultado de um processo de diferenciação da sociedade. No seu estado primário, a comunicação definida como código, não sente, não tem consciência, não valora, não é boa nem má.<sup>19</sup> A teoria social de Luhmann está cimentada no fundamento de que a sociedade é pura comunicação. Tudo o que é comunicação é sociedade.

---

<sup>17</sup> Cfr. Luhmann, Niklas, *Op. Cit.*, p. 115.

<sup>18</sup> «(...)la realidad se configure con una forma que contiene dos lados el «qué» y el «cómo» - el qué es lo que se observa y el cómo, cómo se observa. Y ese es precisamente el correlate de la comunicación, en relación a la diferencia entre información y acto de comunicar.» Cfr. Luhmann, Niklas, *Op. Cit.*, pp. 122-123.

<sup>19</sup> Cfr. Luhmann, Niklas, *Op. Cit.*, p. XII.

### 1.5. Walter Lippmann e o processo de estereotipagem

Com efeito, já Walter Lippmann se debruçara sobre a forma como os indivíduos constroem as representações sociais, bem como, a forma como essas mesmas representações sofrem a influência de factores internos e externos. Em *Public Opinion* (1922), Lippmann, que era jornalista e analista político, defende que as representações se assemelham a guias, a mapas por onde o indivíduo se orienta no que às relações sociais diz respeito, constituindo-se ainda as representações como defesas que possibilitam ao indivíduo salvaguardar os seus valores, interesses, ideologias, ou seja, a sua posição na rede de relações sociais em que está inserido. No entanto, as representações não espelham fielmente a realidade, constituindo-se como versões simplificadas dessa mesma realidade.

Na sua obra, Lippmann toma a imprensa como sendo um dos agentes modeladores do conhecimento, sublinhando a criação e utilização jornalísticas de estereótipos, entendidos como formas simplificadas e distorcidas da realidade. É a Lippmann que ficamos a dever a primeira abordagem acerca da representação da realidade social através da imprensa, que não reproduzindo a realidade, desenvolvia estereótipos, criando um «pseudo-ambiente», em desacordo com a realidade em si, mas de uma forma “familiar” para as pessoas, que o encarariam como o verdadeiro “ambiente”. Ora, este «pseudo-ambiente» influenciaria a realidade social em si e as representações nunca seriam imparciais, porquanto, dependeriam mais do observador do que propriamente do objecto, uma vez que este define primeiro e só depois observa. Como nos diz Lippmann:

Geralmente vemos primeiro e definimos depois, e não o contrário. Diante da grande confusão radiante do mundo exterior, seleccionamos o que a nossa cultura já definiu para nós, e temos a tendência de perceber o que elegemos, sob forma de estereótipos culturais.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> « For most part we do not first see, and then define, we define first and then see. In the great blooming, buzzing confusion of the outer world we pick out what our culture has already defined for us, and we tend to perceive that which we have picked out in the form stereotyped for us by our culture.» Cfr. Lippmann, Walter, *Public Opinion*, Transaction, New Brunswick, 1998, p. 81

O autor dedica a sua análise à forma como os vários elementos culturais nos dão ferramentas para retirar da realidade elementos estáveis, consistentes ao nível do seu significado. Lippmann estuda as limitações humanas relativas à apreensão da informação, tendo os preconceitos um papel importante nesta questão, influenciando a selecção, interpretação, memorização e reutilização da informação. No que aos estereótipos diz respeito, Lippmann toma-os como sendo inevitáveis. Definindo-os como imagens mentais que surgem entre o indivíduo e a realidade, defende que estes se formam mediante o sistema de valores do indivíduo e têm como tarefa a organização e a estruturação da realidade.

É ainda destacado o papel importante que o indivíduo desempenha na construção dos estereótipos, que são «selectivos» e «parciais», defendendo os seus interesses. A necessidade do indivíduo proteger a sua ideia acerca da realidade, explica o carácter “fixo” dos estereótipos. Lippmann considera mesmo que quando um membro actua de forma antagónica relativamente a determinado estereótipo definido para o seu grupo, invariavelmente este membro é considerado uma excepção, mantendo-se o estereótipo intocável. Este só é passível de dúvida se o indivíduo possuir uma mentalidade flexível ou se uma determinada informação sobre o estereótipo for demasiado impressionante para ser descartada:

Se a experiência contradiz o estereótipo, uma das duas coisas acontece. Se o indivíduo já não é moldável, ou se por certos interesses relevantes se torna altamente inconveniente reorganizar os seus estereótipos, ele ignora a contradição, convencido de que se trata da excepção que confirma a regra, desacredita a evidência, encontra uma falha em algum lugar, e consegue esquecê-la. Mas se ele ainda está curioso e tiver abertura de espírito, a novidade é incorporada na imagem e modifica-se. Por vezes, se o incidente é marcante o suficiente, e se o indivíduo já experimentou um desconforto generalizado relativamente aos esquemas estabelecidos, ele pode ficar abalado ao ponto de desconfiar de todas as formas aceites de olhar a vida.<sup>21</sup>

O poder dos “rótulos” e os seus efeitos negativos na percepção das pessoas ocuparam também o pensamento de Lippmann, que defende que só uma educação

---

<sup>21</sup> «If the experience contradicts the stereotype, one of two things happens. If the man is no longer plastic, or if some powerful interests make it highly inconvenient to rearrange his stereotypes, he pooh-poohs the contradiction as an exception that proves the rule, discredits the witness, finds a flaw somewhere, and manages to forget it. But if he is still curious and open-minded, the novelty is taken into the picture, and allowed to modify it. Sometimes, if the incident is striking enough, and if he has felt a general discomfort with his established scheme, he may be shaken to such an extent as to distrust all accepted ways of looking at life(...)» Cfr. Lippmann, Walter, *Op. Cit.*, p. 100.

crítica cuidada possibilitaria aos indivíduos terem consciência do cunho diferido e subjectivo da respectiva apreensão da realidade social.

Um povo sem preconceitos e com uma visão totalmente neutra é algo impensável em qualquer civilização tida em conta como tal, o que não permite a nenhum sistema de ensino basear-se neste ideal. O preconceito pode ser detectado, diminuído e refinado mas, enquanto o Homem estiver limitado a uma curta escolaridade que não o prepara para lidar com uma vasta civilização, Ele terá que carregar imagens dela e, conseqüentemente, ter preconceitos.<sup>22</sup>

No âmbito da produção noticiosa, os “rótulos” e as representações esterotipadas são usados para tornar o trabalho mais prático e rápido. Sobre este ponto, Lippmann afirma que «sem estandardização, sem estereótipos, sem juízos de rotina, sem um quase rude desprezo pela subtileza, o editor depressa sucumbiria de excitação».<sup>23</sup> Apesar de sublinhar o papel da educação, o autor sustenta a inevitabilidade dos estereótipos, por considerá-los inerentes ao funcionamento cognitivo normal.

## 1.6. Harold Garfinkel e a Etnometodologia

Nas construções sociais que se produzem a partir das notícias, conceitos como «reflexividade» e «indexicalidade» ganham alguma relevância. A Etnometodologia de Garfinkel e Cicourel, considerada uma disciplina ou tendência sociológica, estuda os métodos das pessoas no seu quotidiano, nomeadamente os processos em si utilizados na construção de sentido e de interpretação do mundo social. Por conseguinte, distancia-se de uma perspectiva objectivista que toma a produção de sentido sobre o social como sendo reflexo das estruturas sociais. Para a etnometodologia, é a própria consciência dos indivíduos que define a produção de sentido. Como nos clarifica o autor:

---

<sup>22</sup> «Yet a people without prejudices, a people with altogether neutral vision, is so unthinkable in any civilization of which it is useful to think, that no scheme of education could be based upon that ideal. Prejudice can be detected, discounted, and refined, but so long as finite men must compress into a short schooling preparation for dealing with a vast civilization, they must carry pictures of it around with them, and have prejudices.» Cfr. Lippmann, Walter, *Op. Cit.*, p. 120.

<sup>23</sup> «Without standardization, without stereotypes, without routine judgments, without a fairly ruthless disregard of subtlety, the editor would soon die of excitement.» Cfr. Lippmann, Walter, *Op. Cit.*, p. 352.

Utilizo o termo "etnometodologia" para me referir à investigação das propriedades racionais das expressões indexais e a outras acções práticas como realizações casuais continuadas de práticas organizadas e artificiosas do quotidiano.<sup>24</sup>

Ainda assim, esta disciplina não assenta o seu estudo nas próprias categorias ou estereótipos, mas apenas nos métodos que estão na base da sua formação.

Os conceitos supracitados podem servir para descrever como as pessoas conferem sentido às expressões que proferem entre si em conversações partilhadas; por outras palavras, estes conceitos podem ser utilizados para descrever a forma como quem faz e/ou interpreta notícias lhes dá sentido, transformando-as em registos do mundo quotidiano. Concretamente, a reflexividade especifica que os relatos dos acontecimentos pertencem à mesma realidade que eles caracterizam e registam. A indexicalidade especifica que os actores sociais podem atribuir sentidos aos relatos que utilizam dos acontecimentos, sendo que, o sentido de todas as acções e afirmações dos indivíduos depende do contexto em que ocorrem. Para Garfinkel as características das expressões indexicais devem ser estendidas a toda a linguagem, sendo que estas perdem sentido fora de determinado contexto. Isto também acontece no âmbito noticioso. Consideremos o seguinte exemplo: Dizer que o governo vai aumentar o salário mínimo indica, em períodos normais, uma política expansionista e mais bem-estar; em contexto de crise, como actualmente, indicaria que as dificuldades são tantas que é preciso um esforço orçamental para minorar as carências das famílias mais desprotegidas.

Reflexividade e indexicalidade intervêm em conjunto na transformação dos acontecimentos em notícia.<sup>25</sup> Ora, as notícias reflectem a realidade social e constituem-na simultaneamente. Ao se criarem como abstracções e representações selectivas de informação, e fazendo parte do mundo quotidiano, as notícias

---

<sup>24</sup> «I use the term "ethnomethodology" to refer to the investigation of the rational properties of indexical expressions and other practical actions as contingent ongoing accomplishments of organized artful practices of everyday» Cfr. Garfinkel, Harold, *Studies in Ethnomethodology*, Polity Press, Cambridge, 1967, p. 11.

<sup>25</sup> Cfr. Tuchman, Gaye, *As notícias como uma realidade construída* in Esteves, João Pissara, *Comunicação e Sociedade – Os efeitos dos meios de comunicação de massa*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002, p. 96.

transformam-se no próprio acontecimento que se viu noticiado e que, então, passa a ser constituído e definido socialmente, isto é, ganha existência pública, entenda-se social. Quando, por exemplo, um sequestro é noticiado, esse acontecimento adquire, nesse momento, características e especificidades, que contribuem para a definição pública do que é um sequestro. Deste modo, os jornalistas podem mudar a indexicalidade específica, por exemplo, de uma afirmação ou de um acto perpetrado por outrém, naquilo que em linguagem corrente se chama descontextualizar, mas que seria, à luz do conceito de indexicalidade, dar-lhe um outro contexto – logo, inevitavelmente, um novo sentido.

### **1.7. A noção de *frame* como parte da realidade**

Neste contexto, e admitindo que as notícias enformam socialmente os acontecimentos sobre os quais informam, as noções de «quadro simbólico» e de «tira» – desenvolvidas por Erving Goffman na teoria do enquadramento ou «frame» (*Frame Analysis*, 1974) – surgem como essenciais à compreensão do trabalho de produção jornalística. Ora, tal como uma câmara de filmar capta apenas um ângulo (ou enquadramento), da mesma forma, as notícias apresentam-nos os acontecimentos noticiados mediante um determinado ponto de vista que, inevitavelmente para o jornalista, remete outras perspectivas possíveis para segundo plano<sup>26</sup> e atribui uma significação própria – susceptível até de se tornar ideológica – ao acontecimento.

Assim, os acontecimentos são tornados visíveis e organizados socialmente pelos *media*, por meio de esquemas de interpretação correspondentes a diversos enquadramentos ou quadros simbólicos, que delimitam o sentido socialmente atribuído por uma notícia a um evento. O quadro simbólico das notícias organiza, desta forma, a realidade do quotidiano, fazendo parte da própria realidade, dado que, o teor público das notícias é uma das especificidades das próprias notícias. Ora, no jornalismo os quadros simbólicos organizam «tiras» do mundo quotidiano. Este conceito de tira é definido por Goffman como sendo «uma fatia

---

<sup>26</sup> Goffman toma o «frame» como sendo um foco principal de atenção. As actividades que ocorrem em simultâneo, fora do centro de atenção, são denominadas eventos «out of frame», ou “fora do plano”.

ou um corte arbitrários na corrente das actividades em curso».<sup>27</sup>

Podemos então dizer que no processo de produção noticiosa ocorrem duas etapas distintas: uma dada situação é transformada em acontecimento, que por sua vez é transformado em notícia. A análise de quadros simbólicos de Goffman confere assim às notícias um carácter de dupla realidade. Contrariamente a Schutz, Goffman não toma o mundo quotidiano como sendo uma realidade primordial, considerando os enquadramentos (ou «framings») construções mentais da realidade, ou seja, o uso de quadros de interpretação da realidade, socialmente construídos e legitimados e que, colocando os indivíduos sob referências comuns, lhes possibilitam dar sentido às relações sociais. Os enquadramentos são então selecções, exclusões, contextualizações e recontextualizações de factos, tendo em conta regras e normas do campo do jornalismo. O resultado desse processo são as tais representações que contribuem para a construção de parte da realidade social.

Os *frames* – quadros de experiência – definem premissas da acção e são, deste modo, representações mentais que «(...) auxiliam o seu utilizador a localizar, perceber, identificar e classificar um número infinito de ocorrências aparentemente semelhantes».<sup>28</sup> Por outro lado, têm uma influência determinante na construção das identidades sociais. Como nos faz notar o autor: «Todos os frames implicam expectativas de tipo normativo que mostram como o indivíduo está implicado de modo profundo e total na actividade organizada pelo próprio frame».<sup>29</sup>

Podemos aplicar o conceito de «frame» no sentido de um determinado quadro (quase no sentido de contexto), enquanto factor determinante para dar sentido ao objecto, porque é o quadro que dá a chave para lermos esse objecto. Imaginemos uma pintura de um coelho, em primeiro plano, no meio de um prado: produzimos determinados significados acerca do animal, que nos são sugeridos pela chave que é o quadro onde ele se encontra (por exemplo, os coelhos são

---

<sup>27</sup> «The term “strip” will be used to refer to any arbitrary slice or cut from the stream of going activity(...)» Cfr. Goffman, Erving, *Frame Analysis – An Essay on the Organization of Experience*, Northeastern University Press, Boston, 1986, p. 10.

<sup>28</sup> «(...)primary framework allows its user to locate, perceive, identify, and label a seemingly infinite number of concrete occurrences defined in its terms.» Cfr. Goffman, Erving, *Op. Cit.*, p. 21.

<sup>29</sup> «All frames involve expectations of a normative kind as to how deeply and fully the individual is to be carried into the activity organized by the frames.» Cfr. Goffman, Erving, *Op. Cit.*, p. 345.

animais bravios, rápidos, que se reproduzem muito e destroem as culturas). Imaginemos outro quadro com o mesmo coelho, no mesmo primeiro plano, mas no cenário de uma capoeira: aí damos-lhe outro sentido (os coelhos são animais domésticos). O enquadramento sugere ou orienta, subtilmente, a produção de sentidos. O mesmo se passa através da linguagem verbal. Numa notícia diz-se: “Evandro, o novo jovem craque do Benfica, é oriundo da linha de Sintra e começou a jogar no Estrela da Amadora.” (um enquadramento possível para uma personagem). Noutra notícia: “Evandro, o novo craque do Benfica, é oriundo de um bairro problemático da Amadora, mas o futebol livrou-o de outros destinos” (frame diferente, diferentes sentidos sugeridos).

Gaye Tuchman foi das autoras que mais se debruçou sob a ideia de «frame». Delegando o conceito original para Goffman que, como já foi explanado, toma os frames como formas de organização da vida quotidiana visando a compreensão das situações sociais. Para dar resposta a estas situações sociais, a socióloga americana usa o referido conceito como sinónimo de ideia organizadora, utilizada na atribuição de sentido aos acontecimentos.

No seu desempenho rotineiro, o jornalista trabalha tendo em conta regras organizacionais que condicionam o campo de acção. Ao considerarmos que a consciência e o sentido de pertença a um grupo, neste caso profissional, se associam aos objectos da organização noticiosa, a produção de notícias considera-se construção social da realidade. O seu enquadramento forma-se por sequências da vida quotidiana, *frames* seleccionados de uma actividade contínua e permanente. Ora, Tuchman defende que as notícias não se limitam a reflectir a realidade; constroem-na, agindo dialecticamente, isto é, ao mesmo tempo que expõem certas concepções da realidade, contribuem para alterar a percepção dessa mesma realidade.

As categorias da experiência social, os factos e as significações sociais são determinados pela “atitude natural”, tal como Alfred Schutz a teorizou, e, portanto, apesar de se apresentarem como a-históricos e naturalmente reificados, são histórica e socialmente construídos pelas interacções sociais, pelas instituições sociais e, obviamente, pelas notícias. Estas, apesar de condicionadas e codificadas pelas instituições sociais continuarão, como conclui Tuchman, «a reproduzir-se a

si mesmas como factos históricos indiscutíveis; não só definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo as significações sociais, mas também definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo modos de fazer coisas – os processos existentes nas instituições existentes».<sup>30</sup>

Ora, o que foi dito remete necessariamente para a relação entre o jornalismo e a ideologia. Goffman denominará os meios de comunicação de «meios para não conhecer» e Tuchman pegará neste pressuposto para, argumentando que, em função de legitimar as instituições vigentes e as estruturas existentes, os meios de comunicação, através sobretudo do jornalismo, tornam-se «procedimentos interessados» na estagnação ideológica e na manutenção das estruturas dominantes e, implicitamente, das suas estruturas e formas de pensar. Esta situação na qual o jornalismo também toma parte<sup>31</sup>, com que Tuchman em jeito de crítica termina o seu artigo, será responsável por uma “cegueira”, que numa perspectiva próxima da teoria da reificação<sup>32</sup>, impedirá os actores sociais de terem verdadeira consciência dos procedimentos que constituem a realidade social em que vivem e poderem reconhecer essa realidade entre uma, de várias possíveis, mas que no entanto foi, assim construída histórica e socialmente.<sup>33</sup>

## 1.8. Peter Berger e Thomas Luckmann e a Construção Social da Realidade

Em *A Construção Social da Realidade*, Peter Berger e Thomas Luckmann, partindo de uma abordagem sociológica, analisam o conhecimento enquanto condutor da vida quotidiana, que definem como «(...)uma realidade interpretada pelos homens e subjectivamente dotada de sentido para eles na medida em que

---

<sup>30</sup> Tuchman, Gaye, *As notícias como uma realidade construída* in Esteves, João Pissara, *Comunicação e Sociedade – Os efeitos dos meios de comunicação de massa*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002, p. 102.

<sup>31</sup> Não deixamos aqui de notar no pensamento de Tuchman uma certa visão hipodérmica do jornalismo em que este, sobrevalorizado no impacto dos seus efeitos, não se consegue distanciar das estruturas sociais dominantes e é responsável pela ideologização directa dos públicos de acordo com essas estruturas.

<sup>32</sup> Entendemos a Teoria da Reificação como o conhecimento de uma realidade naturalizada que se afirma como única e não como construção histórico-material, em relação à qual o homem perdeu a capacidade de pensar ou recriar uma versão alternativa dessa realidade que conhece.

<sup>33</sup> Cfr. Tuchman, Gaye, *Op. Cit.*, pp. 102-103.

forma um mundo coerente».<sup>34</sup>

Ora, a vida quotidiana não é mais que o dia-a-dia do ser social, inserido na sociedade provida de regras e padrões de comportamento com base numa determinada cultura, sendo que é o respeito por estas regras e padrões que possibilita a vivência em sociedade. Os autores recorrem ao conceito de «realidades múltiplas» de Schutz e incidem o seu estudo sobre a vida quotidiana, apresentando-a como sendo a realidade por excelência, à qual o indivíduo não pode fugir; antes, apreende os seus padrões automática e espontaneamente, numa «atitude natural». Nas palavras dos autores: «A realidade da vida quotidiana aparece já objectivada».<sup>35</sup>

A realidade da vida quotidiana organiza-se mediante o “aqui” (relativo ao corpo do indivíduo) e o “agora (referente ao seu presente), sendo que não se encerra na situação presente, nas presenças imediatas. Abarcando fenómenos que não se encontram necessariamente no “aqui e agora”, ela estrutura-se tendo em conta diferentes níveis de aproximação, de distância, de espaço e de tempo. Quanto mais próxima estiver do indivíduo, tanto mais despertará o seu interesse. Ora, o que mais lhe interessa será aquilo que lhe é familiar e com o qual lida diariamente.

A intersubjectividade é outra das características da realidade da vida quotidiana, em que o indivíduo se relaciona necessariamente com outros indivíduos, sendo esta característica objecto de diferenciação desta realidade relativamente às outras. Como nos mostram os autores:

De facto, não posso existir na vida quotidiana sem estar continuamente em interacção e comunicação com os outros. Sei que minha atitude natural com relação a este mundo corresponde à atitude natural dos outros, que eles também compreendem as objectivações graças às quais este mundo é ordenado, que eles também organizam este mundo em torno do “aqui e agora” de seu estar nele e têm projectos de trabalho nele. Sei também, evidentemente, que os outros têm uma perspectiva deste mundo comum que não é idêntica à minha.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *A construção social da realidade*, Vozes, Rio de Janeiro, Petrópolis, 1973, p. 35.

<sup>35</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *Op. Cit.*, p. 38.

<sup>36</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *Op. Cit.*, p. 40.

O mundo da vida quotidiana é assim estruturado temporalmente na medida em que possui claramente uma dimensão social, onde a minha «zona de manipulação» toca a do outro.

Berger e Luckmann constataam ainda que a temporalidade é outra característica intrínseca da consciência, o que leva o indivíduo a programar os seus projectos tendo em conta esta «facticidade» da estrutura temporal da vida quotidiana. «O tempo que encontro na minha realidade diária é contínuo e finito».<sup>37</sup> Daqui se conclui que toda a existência de um ser é condicionada por um tempo previamente limitado. Este tempo é anterior à “entrada em cena” do indivíduo e continua a ser uma realidade após o seu desaparecimento. É esta limitação que vai condicionar as suas acções e o modo como lida com os seus projectos: «Só disponho de uma certa quantidade de tempo para a realização de meus projectos e o conhecimento deste facto afecta a minha atitude com relação a estes projectos».<sup>38</sup>

É a estrutura temporal que define todas as nossas acções, que se desenrolam mediante uma determinada sequência, não podendo ser invertidas. Transpondo esta ideia para o campo dos *media*, podemos dizer que nem tudo o que acontece é notícia, simplesmente porque existem critérios de selecção, os valores-notícia, que determinam se um acontecimento pode ser notícia, se não é notícia, ou se é notícia se for incluído como acontecimento mediático numa hierarquia de factos seleccionados. Se nos socorrermos da premissa fundamental do conhecimento do indivíduo acerca da vida quotidiana de Berger e Luckmann, «primeiro as primeiras coisas», isto é, primeiro os critérios de selecção previamente estabelecidos.

### **1.8.1. As interacções sociais e a importância da linguagem**

Partindo do conhecimento da vida quotidiana e da sua interacção social, nas situações de «face a face», Berger e Luckmann assentam a sua análise na

---

<sup>37</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>38</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *Ibidem.*.

construção social da realidade.

De entre os vários tipos de interações sociais, os autores destacam as relações em presença, denominadas de «face a face». Aqui, dá-se uma permuta de informação entre emissor e receptor, sendo que o “aqui e agora” de um é o do outro. Emissor e receptor observam-se, partilham expressões faciais, visualizam-se.

Apenas nesta situação de “face a face” o outro se torna real. Podemos saber que o outro existe, o seu nome, as suas características físicas e psicológicas, mas este «(...)só se torna real para mim no pleno sentido da palavra quando o encontro pessoalmente.»<sup>39</sup> Esta relação “face a face” é também valorizada pelo conhecimento que proporciona de nós mesmos, através da observação das reacções que o outro tem relativamente à nossa pessoa. «É tipicamente uma resposta “de espelho” às atitudes do outro».<sup>40</sup> Devido a este constante intercâmbio de significados carregados de subjectividade, estas relações não se podem circunscrever a padrões rígidos de comportamento, devendo ser flexíveis tanto quanto possível. Eis a explicação dos autores:

Por exemplo, posso olhar o outro como alguém inerentemente hostil a mim e agir para com ele de acordo com um padrão de “relações hostis” tal como é entendido por mim. Na situação face a face porém o outro pode enfrentar-me com atitudes e actos que contradizem esse padrão, chegando talvez a um ponto tal que me veja obrigado a abandonar o padrão por ser inaplicável e considerar o outro amigavelmente. Em outras palavras, o padrão não pode resistir à maciça demonstração da subjectividade alheia de que tomo conhecimento na situação face a face.<sup>41</sup>

Contrapondo esta ideia, Berger e Luckmann chamam-nos a atenção para a possibilidade de ignorarmos esta “mensagem” que o outro nos tenta transmitir, bem como para o facto do outro poder «hipocritamente» ocultar os seus intentos, o que poderá acontecer mais facilmente em formas de relacionamento social não tão próximas. De notar que em ambos os casos, quer seja face a face ou *in absentia*, a apreensão que fazemos do outro é sempre através de pressupostos tipificadores, sendo que, se por um lado não é fácil impormos padrões no que às

---

<sup>39</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *Op. Cit.*, p. 47.

<sup>40</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *Op. Cit.*, p. 48.

<sup>41</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *Ibidem*.

relações sociais diz respeito, há sempre uma padronização intrínseca à vida quotidiana. «A realidade da vida quotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como lidamos com eles nos encontros face a face».<sup>42</sup>

As relações face a face são assim mantidas tendo em conta estas tipificações, estas ideias *a priori* que eu construo do outro, que são ajustadas consoante o comportamento do outro perante mim, podendo definir outro tipo de comportamento, sendo que este comportamento tipificador é recíproco. As tipificações tornam-se anónimas à medida que se afastam da situação “face a face”. O grau de anonimato pode ainda aumentar ou diminuir consoante o grau de interesse e de intimidade entre as pessoas e, conseqüentemente, o comportamento a ter com o outro altera-se. «A realidade social da vida quotidiana é portanto apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anónimas à medida que se distanciam do aqui e agora da situação face a face».<sup>43</sup>

Ora, ao debaterem a vida quotidiana, o pensamento, a expressão ou a percepção, Berger e Luckmann sublinham a importância da linguagem na construção social da realidade, apresentando-a como o mais relevante sistema de sinais da sociedade humana. Os autores defendem que a sociedade propõe significados sociais aos seus agentes, que acabam por ser compartilhados socialmente, transformando-se em regras institucionais e procedimentos que legitimam determinadas acções.

Berger e Luckmann colocam a linguagem num plano primeiro no decurso da socialização e da individualização. «Desta maneira a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objectos dotados de significação».<sup>44</sup> Através da análise do conhecimento da realidade no senso comum, Berger e Luckmann continuam a sublinhar a importância da linguagem, definindo o mundo da vida quotidiana:

O mundo da vida quotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjectivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento

---

<sup>42</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>43</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>44</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *Op. Cit.*, p. 39.

e na acção dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles.<sup>45</sup>

Na vida quotidiana, a linguagem tem a faculdade de acumular significados e experiências, transmitindo esse conhecimento adquirido às gerações futuras, o que acontece pela transcendência da própria linguagem, que se demarca do presente, recorrendo ao passado. Nas palavras dos autores, ela «(...) é capaz de “tornar presente” uma grande variedade de objectos que estão espacial, temporal e socialmente ausentes do “aqui e agora”».<sup>46</sup>

Ao expressar vários significados, a linguagem desvela a sua subjectividade, constituindo-se como objecto de reflexão por parte do seu interlocutor, que revê nela o seu próprio ser, podendo-o conduzir, por via do pensamento, a uma experimentação do mundo, real ou não.

A linguagem é composta por campos semânticos que se relacionam com a significação das palavras, expressões ou gestos, que advêm da experiência e que podem ser materializados, armazenados e acumulados. Quando utilizados oportunamente no âmbito da vida quotidiana, aclaram a interacção de indivíduo para indivíduo, dando sentido à acção que está a ser realizada, quer se associe às relações sociais propriamente ditas ou a uma reflexão isolada.

Com efeito, Berger e Luckmann consideram que o homem faz parte de um mundo do senso comum da vida quotidiana com estruturas específicas de conhecimento, que se expressam por meio de campos semânticos, sendo que, os homens interagem entre si, partilhando invariavelmente de um mesmo conhecimento. Há também estruturas específicas de conhecimento que formam linguagens próprias, partilhadas pelos indivíduos de cada grupo. Através da análise dos discursos dos vários grupos podemos aferir algumas particularidades da sua estrutura social, sendo a linguagem um elemento aglutinador e comum a um determinado grupo de indivíduos que, desta forma, se podem demarcar e diferenciar dos demais. Esta demarcação está patente nos valores morais, hábitos, divisão social e sexual do trabalho, rituais, entre outros aspectos, legitimados, reproduzidos e transmitidos no interior do grupo.

Por outras palavras, a linguagem expressa variadíssimas ideias e

---

<sup>45</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *Op. Cit.*, p. 36.

<sup>46</sup> Berger, Peter. e Luckmann, Thomas, *Op. Cit.*, p. 60.

informações, muito para além da vida quotidiana do “aqui e agora”, transmitindo às gerações futuras aquilo que foi vivenciado pelas gerações mais antigas, possibilitando a manutenção do que foi construído, ou criando alicerces para possíveis mudanças. A linguagem vai para além do que é dito; estrutura pensamentos, está nos sentimentos e nas percepções. E se podemos dizer que o sentimento é independente da linguagem, já que podemos sentir sem o auxílio das palavras, já o expressar e a reflexão sobre o sentimento está intimamente associado a ela, sendo que não se constitui (a linguagem) isoladamente, mas abarca certos elementos relativos à sociabilidade e historicidade do indivíduo e do seu grupo social. A linguagem, a forma como nos expressamos não só antecede os sentimentos, a percepção e o pensamento, como é algo próprio do indivíduo presente e chega-lhe em forma de herança dos seus antecessores.

Berger e Luckmann tomam, então, o mundo onde nascemos como sendo um mundo dado, que chega até nós através dos nossos antepassados, e que compartilhamos com aqueles que nos rodeiam. Damos forma a este mundo organizando as nossas acções quotidianas e invocações mais relevantes. Justificando, por exemplo, acções presentes e futuras, com a invocação de dados do passado.

## 2. O poder e a influência social dos *mass media*

*Pela sua envergadura, o seu peso absolutamente extraordinário, a televisão produz efeitos que, não sendo embora sem precedentes, são absolutamente inéditos.*

**Pierre Bourdieu**

### 2.1. Condicionalismos socio-culturais inerentes à produção noticiosa

Ao longo do primeiro capítulo, tomámos os meios de comunicação de massas como agentes modeladores da realidade, socorrendo-nos de algumas teorias que nos ajudam a corroborar esta convicção. Ora, estas teorias, que defendem as notícias tomadas como construção, surgem nos anos 70 e denominam-se de construtivistas. Representando um novo paradigma de análise jornalística, as teorias construtivistas defendem o oposto da *teoria do espelho*. Segundo esta corrente de pensamento, as notícias não são mais que um espelho da realidade e que o jornalista é um *comunicador desinteressado*, ou seja, não pretende defender interesses próprios, cumprindo fielmente a missão de informar, na busca pela verdade, contando o que aconteceu, *doa a quem doer*.<sup>47</sup> Pelo contrário, como já vimos, as teorias construtivistas sustentam a construção da realidade por parte dos *media*, defendendo que a própria linguagem nunca poderá transmitir fielmente a realidade, porquanto a sua neutralidade é impossível. Os aspectos relativos à metodologia do próprio trabalho jornalístico, os constrangimentos orçamentais ou – como defende Tuchman –, a forma como a *rede noticiosa* se nos é colocada para fazer face à imprevisibilidade dos acontecimentos, são outros factores que suportam a ideia de construção da realidade por parte dos *media*.<sup>48</sup>

No entanto, esta concepção de que as notícias se constituem como construção da realidade não implica a crença de que estas sejam uma qualquer

<sup>47</sup> Cfr. Traquina, Nelson, *Jornalismo*, Quimera, s.l., 2002, pp. 74-75.

<sup>48</sup> Cfr. Traquina, Nelson, *Op. Cit.*, p. 95.

forma de ficção, mas antes, são consideradas convencionais. Como sobre este ponto defende Tuchman: «Dizer que uma notícia é uma «estória» não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna».<sup>49</sup> Ora, apesar de serem os próprios jornalistas, na sua gíria profissional, a definirem as notícias como tratando-se de «estórias», rejeitam a ideia de construção da realidade no processo noticioso. Como nos diz Stuart Hall:

Os jornalistas dizem: “Há um acontecimento; quer dizer, alguma coisa. Quem quer que lá esteja perceberá o que ele significa. Tiramos-lhe fotografias. Escrevemos um relato sobre ele. Transmitimo-lo tão autenticamente quanto possível através dos *media*, e a audiência vê-lo-á e perceberá o que aconteceu”. E quando se afirma que as pessoas têm interesse em versões *diferentes* desse acontecimento, que qualquer acontecimento pode ser construído das mais diversas maneiras e que se pode fazê-lo ter outros significados, esta afirmação de algum modo ataca ou mina o sentido de legitimidade profissional dos jornalistas, e estes resistem bastante à noção de que a notícia não é um relato mas uma construção.<sup>50</sup>

A crença de que os *media* são responsáveis por uma realidade que é construída remete-nos, inevitavelmente, para a utilidade de analisarmos culturalmente os seus conteúdos informativos. Para Michael Schudson, as notícias são produzidas por «pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural, um reservatório de significados culturais armazenados e de padrões de discurso».<sup>51</sup> O sociólogo norte-americano acrescenta mesmo que «as notícias tomadas como forma de cultura incorporam conjecturas acerca do que interessa, acerca do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a amplitude de considerações que devemos levar a sério.»<sup>52</sup> Schudson considera essencial a observação das realidades sociais inerentes à produção noticiosa, onde

---

<sup>49</sup> Tuchman, Gaye, *Contando 'Estórias'*, in Traquina, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Vega, Lisboa, 1993, p. 262.

<sup>50</sup> Hall, Stuart, *The Narrative Construction of Reality: Na Interview with Stuart Hall*, *Southern Review*, vol. 17, n.º 1, 1984, p.4, *apud* Traquina, Nelson, *Jornalismo*, Quimera, s.l., 2002, p. 96.

<sup>51</sup> «The news, then, is produced by people who operate, often unwittingly, within a cultural system, a reservoir of stored cultural meanings and patterns of discours.» Cfr. Schudson, Michael, *The Power of News*, Harvard University Press, Cambridge, 1995, p. 14.

<sup>52</sup> «News as a form of culture incorporates assumptions about what matters, what makes sense, what time and place we live in, what range of considerations we should take seriously.» Cfr. *Ibidem*.

intervêm as fontes de informação, jornalistas e editores, bem como, o próprio espírito de concorrência dentro da profissão, o mercado e as tradições culturais mediante as quais se fazem as opções de escrever esta ou aquela notícia, de dar destaque a este ou àquele acontecimento.

Referindo-se à influência socio-cultural no decorrer do processo de escrita noticiosa, em *A produção social das notícias: O mugging nos media*, Hall et al. falam-nos em «mapas de significado»:

As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo da “desordem” – devem ser trazidos aos horizontes do “significativo”. Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados, quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os “mapas de significado” que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social *já* está “traçado”. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores.<sup>53</sup>

Ora, esta asserção remete-nos novamente para a ideia de que as notícias são produzidas tendo sempre em atenção aquilo que está socialmente convencionalizado, de acordo com as expectativas dos destinatários. Os *media* tendem, pois, a dar a tal «referência inteligível a leitores e espectadores», como que “coordenadas de referência” aos receptores da mensagem, que reconhecem naquela informação algo de familiar, quotidiana e comumente aceite.

Neste contexto surge-nos a ideia de «representação» de Stuart Hall, tomada como sendo a produção de um significado ou conceito, presentes na nossa mente através da linguagem. Para o autor, na «representação» intervêm dois tipos de processos: o primeiro associado aos sistemas de interdependência a um conjunto de representações mentais que o indivíduo possui; o segundo relaciona-se com a linguagem que permite a existência de um mapa de conceitos partilhados, através dos quais podemos representar e permutar conceitos ou significados. Ora, Hall sugere a concepção de um processo mental e de tradução

---

<sup>53</sup> Hall, Stuart et al., *A Produção Social das Notícias: O 'Mugging' nos Media* in Traquina, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Vega, Lisboa, 1993, p.226.

para o sistema em que cada um de nós foi ensinado a referir-se ao mundo, às pessoas e aos eventos, tratando-se, no fundo, da construção de signos. Estes signos representam ou significam os conceitos e as relações entre eles que transportamos, e que compõem os sistemas de significação, que resultam da nossa cultura. Esta correlação entre objecto, conceito e signo é arbitrária, porquanto corresponde a determinada construção social aceite e reconhecida como tal. É o indivíduo que determina o significado a atribuir às coisas, de tal forma, que este parece natural ou inevitável, o que faz de nós sujeitos culturais, desde a infância. Ou seja, tal conhecimento não está inscrito na nossa genética, antes, é o que possibilita a nossa convivência em sociedade, no nosso meio cultural e dotados das mesmas capacidades de expressão e comunicação. Daí que possamos concluir que o significado não é inerente às coisas, mas é construído, é produzido, sendo o resultado de uma prática de significações, que faz com que as coisas tomem significado.<sup>54</sup>

Stuart Hall fala ainda na existência de três abordagens que determinam como funcionam as representações sociais. Para a abordagem reflexiva, o significado está no objecto, pessoa ou evento do mundo real, sendo que a linguagem funciona como um espelho que reflecte o verdadeiro significado, que já existe no mundo. A segunda, a abordagem intencional, defende que é o autor que impõe ao mundo, através da linguagem, o seu significado único. Para Hall, esta abordagem é algo problemática, já que «não podemos ser exclusivamente a única fonte de significados de uma linguagem, uma vez que isto significaria que nos poderíamos expressar em linguagens inteiramente particulares.»<sup>55</sup> Por último, surge a abordagem construcionista, onde a linguagem é tomada como um produto social onde os significados são construídos através dos sistemas de representação. É esta terceira concepção que se encaixa melhor na percepção de representação para o autor. Nas palavras de Hall:

Na perspectiva construcionista, a representação envolve a produção de significação forjando elos entre três diferentes ordens de razão: o que podemos geralmente chamar de o mundo das coisas, pessoas, eventos e experiências; o mundo

---

<sup>54</sup> Cfr. Hall, Stuart (org.), *Representation: cultural representation and signifying practices*, Open University, Londres, 1997, pp. 15-24.

<sup>55</sup> «We cannot be the sole or unique source of meanings in language, since that would mean that we could express ourselves in entirely private languages.» Cfr. *Op. Cit.*, p. 25.

conceptual – os conceitos mentais que transportamos na nossa mente; e os signos, organizados nas línguas, que “significam” ou comunicam estes conceitos.<sup>56</sup>

Stuart Hall faz a distinção entre o mundo material, onde as pessoas e as coisas existem, e as práticas de simbolização e os processos mediante os quais operam a representação, o significado e a língua. Para o autor, o mundo material não transmite significados, mas antes, o sistema linguístico – ou qualquer outra forma de representação dos conceitos – é que realiza essa tarefa. O significado só acontece tendo em conta convenções relacionadas com a linguagem que, por sua vez, funciona como sistema de codificação do mundo, aceite e reconhecido por cada cultura, segundo as suas especificidades. Ou seja, o significado é produzido pelo trabalho da representação.<sup>57</sup>

John B. Thompson (1998) fala-nos em «formas simbólicas» e na sua adaptação às pessoas a quem se dirigem, quando determinado conteúdo é produzido:

Um indivíduo emprega recursos, baseia-se em regras e implementa esquemas com o objectivo de produzir formas simbólicas para um receptor particular ou para um conjunto deles, e a expectativa de recepção de tais formas faz parte das condições da sua produção. A posição ocupada por um indivíduo num campo ou instituição e a expectativa de recepção de uma forma simbólica pelos indivíduos a quem a mesma é destinada são condições sociais de produção que moldam a forma simbólica produzida.<sup>58</sup>

Indo de encontro ao mesmo tipo de raciocínio, nomeadamente, acerca da preponderância social da produção, reprodução e recepção da informação, o mesmo autor, em *Los Media y la modernidad* (1998), aborda o conceito de «poder simbólico», tomado como «poder que advém da actividade produtiva, transmissora e receptora de formas simbólicas significativas».<sup>59</sup> Thompson define

---

<sup>56</sup> «In the *constructionist perspective*, representation involves making meaning by forging links between three different orders of things: what we might broadly call the world of things, people, events and experiences; the conceptual world – the mental concepts we carry around in our heads; and the signs, arranged into languages, which ‘stand for’ or communicate these concepts.» Cfr. *Op. Cit.*, p. 61.

<sup>57</sup> Cfr. *Op. Cit.*, pp. 25-28.

<sup>58</sup> Thompson, John B., *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*, Editora Vozes, Petrópolis, 1998. pp. 200-201.

<sup>59</sup> «(...)poder simbólico, el que procede de la actividad productiva, transmisora y receptora de formas simbólicas significativas.» Cfr. Thompson, John B., *Los media y la modernidad: Una teoría de los medios de comunicación – 2ª Edição*, Paidós, Barcelona, 1998, p. 33.

esta ideia da seguinte forma:

«A actividade simbólica é uma característica fundamental da vida social, a par da actividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a coerção. Os indivíduos estão constantemente dedicados à actividade de se expressarem de forma simbólica e de interpretar as expressões dos outros; estão constantemente comprometidos na comunicação entre uns e outros e trocando informação e conteúdo simbólico. Neste sentido, os indivíduos empregam vários tipos de recursos que designarei, num sentido amplo, como «meios de informação e comunicação».<sup>60</sup>

Os «recursos» de que nos fala Thompson englobam os meios técnicos, bem como, as competências e formas de conhecimento utilizados no âmbito da produção, transmissão e recepção da informação e de todo o conteúdo simbólico, que Pierre Bourdieu define como «capital simbólico». Estes «meios de informação e comunicação» incluem ainda o respeito ganho pelos produtores de informação e instituições perante os seus pares e pela comunidade em geral («capital simbólico», para Bourdieu). Ao produzirem formas simbólicas, os indivíduos procuram desencadear acções que possam interferir no desenrolar dos acontecimentos, promovendo «acções simbólicas», que poderiam dar origem a que terceiros reagissem de determinada maneira, dando preferência a determinado tipo de acção em detrimento de outra. Thompson aplica o conceito de «poder simbólico» para definir esta capacidade de os indivíduos intervirem no decurso dos acontecimentos, influenciando as acções dos outros e criando acontecimentos «reais» através dos meios de produção e transmissão das «formas simbólicas».<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> «La actividad simbólica es una característica fundamental de la vida social, a la par de la actividad productiva, la coordinación de los individuos y la coerción. Los individuos están constantemente dedicados a la actividad de expresarse de forma simbólica y de interpretar las expresiones de los otros; están constantemente comprometidos en la comunicación entre unos y otros e intercambiando información y contenido simbólico. En neste cometido, los individuos emplean varios tipos de recursos a los que designaré, en un sentido amplio, como “medios de información y comunicación”.» Cfr. Thompson, John B., *Op. Cit.*, pp. 33-34.

<sup>61</sup> Cfr. Thompson, John B., *Op. Cit.*, p. 34.

## 2.2. Pierre Bourdieu e a televisão como meio de comunicação de massas

Na obra *Sobre a Televisão*, Pierre Bourdieu põe a nu a influência e o poder deste meio de comunicação, focando a sua análise em dois pontos fulcrais: por um lado, a «procura da maior audiência possível» por parte da televisão que, segundo o autor, «explora as paixões primárias» dos receptores da informação por ela difundida; por outro, a censura de que é protagonista e que muitas vezes surge algo encoberta. Sobre este último ponto, Bourdieu dá-nos uma visão interessante:

(...) o acesso à televisão tem por contrapartida uma censura formidável, uma perda de autonomia ligada, entre outras coisas, ao facto de o tema ser imposto, de as condições da comunicação serem impostas e sobretudo de a limitação do tempo impor ao discurso coacções tais que se torna pouco provável que seja ainda possível dizer-se alguma coisa.<sup>62</sup>

Esta ideia de censura na televisão é associada a dois factores essenciais: a influência política que por vezes constrange o que se diz e a forma como se diz, e a força da economia, personificada na publicidade que gera, como se sabe, uma boa fatia das receitas das televisões. Bourdieu vai mais longe, defendendo mesmo «a violência simbólica» levada a cabo pela televisão, enquanto difusora de informação que muitas vezes não espelha a realidade no seu todo. Vejamos a explicação do autor:

Os prestidigitadores têm um princípio elementar que consiste em chamar a atenção para uma coisa diferente daquela que estão a fazer. Uma parte da acção simbólica da televisão, ao nível das informações, por exemplo, consiste em chamar a atenção para factos que são de molde a interessar a toda a gente, dos quais podemos dizer que são *omnibus* – quer dizer, para toda a gente. Os factos *omnibus* são os que, como costuma dizer-se, não devem chocar ninguém, que não são disputados, que não dividem, que fazem consenso, que interessam a toda a gente, mas de uma maneira tal que não tocam em nada que seja importante.<sup>63</sup>

Ora, Bourdieu considera que a televisão, provida de interesses político-económicos, tenta gerar consenso com a informação que difunde, tendo quase

---

<sup>62</sup> Bourdieu, Pierre, *Sobre a Televisão*, Celta Editora, Oeiras, 1997, p. 6.

<sup>63</sup> Bourdieu, Pierre, *Op. Cit.*, p. 10.

como função a manutenção da “ordem social”. Neste sentido, a televisão apresenta-se como um instrumento apaziguador das massas, ao invés de divulgar informação potencialmente mais susceptível de análise e de reflexão por parte do público que deveria ter acesso a este tipo de esclarecimento «para poder exercer os seus direitos democráticos.» Assim, pior que mostrar uma parte da realidade, será mostrar uma realidade construída, que muitas das vezes em nada se relaciona com o seu sentido “original”. Como, sobre este ponto, constata Bourdieu:

(...) a televisão pode, paradoxalmente, esconder mostrando, mostrando coisa diferente do que seria preciso mostrar se nela se fizesse o que supostamente se faz, quer dizer, informar; ou ainda mostrando o que seria preciso mostrar, mas de tal maneira que é isso que não é mostrado ou se torna insignificante, ou por fim, construindo-o de tal maneira que acaba por assumir um sentido que em nada corresponde à realidade.<sup>64</sup>

Reforçando esta ideia, Bourdieu fala-nos em «óculos», estabelecendo a metáfora para se referir à percepção que os jornalistas têm da realidade que os circunda e que varia naturalmente mediante factores de diferenciação como a educação, percurso pessoal e profissional, entre outros. A forma como se vê e o que se vê é que determina a selecção e a posterior construção daquilo que é previamente seleccionado.

Se, por um lado a televisão é directa e indirectamente constringida por interesses político-económicos, caindo muitas vezes em “zonas confortáveis” relativamente à informação que divulga, difundindo o “politicamente correcto”, por outro, tende a procurar o sensacionalismo. «A televisão apela à *dramatização*, no duplo sentido da palavra: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera a sua importância, a sua gravidade e o seu carácter dramático, trágico».<sup>65</sup> Bourdieu considera que a notícia é tudo o que foge ao normal, o «excepcional», que muitas vezes poderá ser banal para outras pessoas, sendo que, os jornalistas que buscam o «extraordinário» tentam transmiti-lo de modo original e esta «(...) procura da exclusividade, que, noutros lugares, noutros campos, produz a originalidade, a singularidade, culmina aqui na uniformização e na banalização».<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> Bourdieu, Pierre, *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>65</sup> Bourdieu, Pierre, *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>66</sup> Bourdieu, Pierre, *Op. Cit.*, pp. 13-14.

Com efeito, o autor alerta-nos para a dificuldade de se espelhar o dia-a-dia de uma forma pouco rotineira, ou nas suas palavras, de «tornar extraordinário o habitual».

Ora, esta “ânsia” pelo extraordinário pode – mercê do poder, da força que uma imagem pode conter por si só – exercer importantes pressões / influências, quer políticas, quer sociais, inerentes à construção social que um dado acontecimento provoca da realidade, quando noticiada desta ou daquela forma.

Como sublinha o autor:

Os casos do dia-a-dia, os incidentes ou os acidentes quotidianos, podem ter uma carga de implicações políticas, éticas, etc., de molde a desencadear sentimentos fortes, muitas vezes negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro, e o simples relato, o facto de relatar, *to record*, como *repórter*, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização).<sup>67</sup>

Esta força da televisão é de tal forma significativa na sociedade que Bourdieu dá o exemplo das manifestações, considerando a cobertura televisiva essencial para o seu sucesso, constituindo-se mesmo como um veículo privilegiado de difusão de ideologias, de formas distintas de ver o mundo. «Encaminhamo-nos cada vez mais para universos em que o mundo social é descrito-prescrito pela televisão, em que esta se transforma no árbitro do acesso à existência social e política», sublinha o autor.<sup>68</sup>

Contudo, Bourdieu adverte-nos para o carácter circular da informação, que é – na sua opinião – muito mais homogénea que aquilo que os meios de comunicação aparentemente nos tentam transmitir. Ora, a produção de informação é feita colectivamente, quer sob a perspectiva da produção noticiosa no âmbito de uma redacção – uma equipa de trabalho em si mesma –, quer sob o ponto de vista da concorrência, que faz com que os responsáveis dos diferentes meios de comunicação ajam e reajam em conformidade com os demais concorrentes. Por exemplo, a grelha de um noticiário televisivo da hora de almoço depende em grande medida da informação que os jornalistas apreendem através dos jornais diários e outros noticiários anteriores, o que reforça a sua ideia de que, no jornalismo como na vida, «dizemos muito menos coisas originais do que

---

<sup>67</sup> Bourdieu, Pierre, *Op. Cit.*, pp. 14-15.

<sup>68</sup> Bourdieu, Pierre, *Op. Cit.*, p. 15.

julgamos». Da mesma forma – e uma vez mais a título exemplificativo –, se o canal X fez a cobertura de determinado acontecimento, debatendo inclusivamente o tema com especialistas da área em questão, o canal Y tenderá a “não lhe ficar atrás”, tentando também dar destaque ao acontecimento chamando à antena outros tantos entendidos na matéria.

Esta ideia leva-nos, necessariamente, a um conceito muito em voga e que se apresenta como um dos pontos centrais de *Sobre a Televisão*: as audiências. Esta necessidade de chegar primeiro, de ver a produção do concorrente para fazer mais e melhor, de tentar fazer diferente – apesar de focado o carácter circular da informação e a consequente dificuldade no que respeita à desejável singularidade no quotidiano jornalístico – tem, obviamente, como principal objectivo cativar o maior número possível de receptores, consequentemente, o maior número de audiências. Contudo, é conveniente sublinhar que estas tendem a emprestar um teor algo perverso ao jornalismo, que é avaliado em função de alguns parâmetros inerentes e quase circunscritos à popularidade dos acontecimentos, o que lhe poderá dar um cariz meramente comercial, eventualmente demasiado descartável. Como, sobre esta problemática, conclui Bourdieu, «(...) há objectos que são impostos aos telespectadores porque se impõem aos produtores; e impõem-se aos produtores porque são impostos pela concorrência com outros produtores».<sup>69</sup>

O autor critica ainda a televisão, estabelecendo uma relação directa e inversamente proporcional entre a premência na elaboração do fluxo informativo e a expressão do pensamento, processo que apelida de «*fast-thinking*», segundo o qual, a televisão dá a palavra a «pensadores que pensam mais depressa do que a sua própria sombra» – os «*fast-thinkers*» –, sendo que, para serem compreendidos pelos receptores da informação, recorrem a “ideias feitas” – conceito introduzido por Flaubert –, que são ideias socialmente aceites, ideias comuns e que, por isso mesmo, dispensam a discussão, num pensamento crítico sobre o que é difundido.

---

<sup>69</sup> Bourdieu, Pierre, *Op. Cit.*, p. 24.

### 2.2.1. Sobre os «instrumentos de manipulação» da televisão

O peso do jornalismo, ou se quisermos, a sua influência na sociedade advém do facto de este deter um domínio assinalável sobre os instrumentos de produção e difusão da informação, chegando através deles, ao domínio do acesso dos cidadãos ao “espaço público”. Por outras palavras, os jornalistas ao produzirem a informação que é difundida em massa pela sociedade têm automaticamente o domínio sobre os meios de expressão pública. Para Bourdieu, esse mesmo poder poderá, inclusivamente, «(...) impor ao conjunto da sociedade os seus princípios de visão do mundo, a sua problemática, o seu ponto de vista».<sup>70</sup> Por conseguinte, os «pressupostos e crenças partilhados» que o jornalismo veicula estão na génese da selecção levada a cabo pelos jornalistas acerca da realidade e que qualquer actor da cena pública – nomeadamente os políticos – terão sempre de ter isso em conta, moldando mesmo o seu discurso de acordo com estes padrões e delegando para segundo plano expressões simbólicas que, no entender de Bourdieu, «mereceriam chegar ao conjunto dos cidadãos».<sup>71</sup>

O autor vai mais longe, considerando haver uma certa «coacção do campo jornalístico» relativamente aos outros campos. Assim, todos os campos de produção cultural estão sob «coacção do campo jornalístico» porquanto os níveis de audiência imperam, condicionando por si só o peso da economia que, por sua vez, exerce a sua pressão sobre a televisão, sendo que esta influencia os restantes géneros jornalísticos. Aquilo a que Bourdieu chama de «problemas da televisão» são, assim, imputados ao conjunto do campo jornalístico que acaba por exercer pressão sobre todos os campos de produção cultural. Este ciclo vicioso de que nos fala o autor poderá, inclusivamente, ser algo perverso, passível de manipulações levadas a cabo pelos jornalistas e pelo jornalismo no seu todo, que advém, naturalmente, desta pressão relativamente aos campos de produção cultural. Bourdieu dá-nos o exemplo da crítica recorrente dos jornalistas aos intelectuais – que chama de «anti-intelectualismo» –, nomeadamente promovendo debates entre «intelectuais-jornalistas», que no seu entender, têm apenas como objectivo a sua

---

<sup>70</sup> Bourdieu, Pierre, *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>71</sup> Cfr. Bourdieu, Pierre, *Op. Cit.*, p. 50.

auto-promoção, ocupando uma posição mediática.

Estas intervenções exteriores são extremamente ameaçadoras, em primeiro lugar porque podem enganar os profanos, que apesar de tudo têm peso, na medida em que os produtores culturais precisam de auditores, de espectadores, de leitores, que contribuem para o sucesso de venda dos livros e, através da venda, agem sobre os editores e, através destes, sobre as possibilidades de publicação no futuro.<sup>72</sup>

Com esta afirmação, Bourdieu sublinha o poder de manipulação dos *media*; uma posição peculiar que nos remete para a preponderância inequívoca que os meios de comunicação têm na sociedade. O autor chama-nos a atenção para os casos de violência, situações paradigmáticas de revolta popular para com os autores dessa mesma violência, onde os *media* têm um papel relevante, principalmente pela forma de exposição do problema:

Acontece também que os jornalistas, à falta de observarem a distância necessária à reflexão, possam desempenhar o papel do bombeiro incendiário. Podem contribuir para criar o acontecimento, exibindo com destaque um caso do dia (um assassinio de um jovem francês por outro jovem também francês, mas “de origem africana”) para a seguir denunciarem os que vêm deitar azeite na fogueira que eles próprios acenderam, ou seja, a Frente Nacional, que, evidentemente, explora ou tenta explorar “a emoção suscitada pelo acontecimento”, como dizem os próprios jornais que o criaram dando-lhe a primeira página, enfiando-o na abertura de todos os telejornais, etc. – e que podem por fim garantir-se um ganho de virtude, de beleza de alma humanista, denunciando em altos brados e condenando sentenciosamente a intervenção racista daqueles que contribuíram para a fazer e a quem continuam a oferecer os seus melhores instrumentos de manipulação.<sup>73</sup>

Esta “chamada de atenção” por parte de Bourdieu remete-nos, novamente, para a questão da construção social da realidade por parte dos *media*, sendo que, – e seguindo esta linha de pensamento – podemos afirmar que ao transmitirem estas “ideias feitas”, os *media*, concretamente a televisão, como nosso objecto de estudo, condiciona o receptor, que acaba por tomar certas considerações e parâmetros de pensamento como seus, intrínsecos ao seu próprio pensamento. Ora, por um lado, aceitaremos pacificamente a ideia de que muitos dos valores, das crenças, dos ideais que se enraízam nos indivíduos e que são transmitidos de geração em geração – e que são naturalmente variáveis, mediante determinadas especificidades políticas, culturais, geográficas e outras –, são socialmente

---

<sup>72</sup> Bourdieu, Pierre, *Op. Cit.*, p. 64.

<sup>73</sup> Bourdieu, Pierre, *Op. Cit.*, p. 71.

veiculados, constituindo-se mesmo como constrangimentos sociais, nomeadamente no que à integração dos indivíduos no seio dos seus pares diz respeito. Efectivamente, facilmente se conclui que o seu “aparecimento”, a sua formação e aceitação enquanto valores sociais e por isso, socialmente aceites, data de muito antes do surgimento dos meios de comunicação de massas, nomeadamente da televisão. Porém, não é menos verdade que o aparecimento dos *mass media* determinou muitos dos comportamentos sociais que vivemos e que podemos observar diariamente, como adiante procuraremos demonstrar.

Relacionado com este cunho manipulador que evoca Bourdieu, o autor alerta-nos para o carácter de «vigilância» por parte dos *media*, tomado mesmo como uma espécie de «espionagem». Motivados pela concorrência, os meios de comunicação de massas tendem a “copiar” os modelos uns dos outros, tentando tirar vantagem dos fracassos dos mais directos concorrentes aprendendo com eles e, por outro lado, tentando combater os seus sucessos. Para tal, procuram obter as “receitas” do sucesso, inclusivamente, através da disputa por especialistas nas mais variadas áreas, bem como, de jornalistas. Com efeito, constata Bourdieu que, desta forma, ao invés de uma desejável autonomia e singularidade, verifica-se, invariavelmente, uma «uniformidade da oferta» relativamente à informação que é difundida, direccionando a produção noticiosa no sentido da manutenção dos valores instituídos. «O mesmo é dizer que, embora a sua eficiência se realize quase sempre através das acções de pessoas singulares, os mecanismos cujo lugar é o campo jornalístico e os efeitos que exercem sobre os outros campos são determinados na sua intensidade e na sua orientação pela *estrutura* que o caracteriza».<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> Bourdieu, Pierre, *Op. Cit.*, p. 87.

### **3. Media e Minorias: para uma contextualização do fenómeno da imigração**

*O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credos, nacionalidade, ou sexo.*

#### **Artigo 8º do Código Deontológico do Jornalista**

#### **3.1. A imigração e as minorias na Europa**

As migrações, compreendidas à escala global, não constituem grande novidade nas sociedades, mas surgem no início do milénio com uma nova dimensão e visibilidade por via dos próprios processos de globalização. Ainda assim, a maioria da população mundial continua a ser sedentária, sendo que os maiores fluxos migratórios localizam-se no hemisfério sul, nomeadamente em África e Ásia. Dados recentes mostram que existem cerca de 200 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo, ou seja, cerca de 2,8% da população mundial. Apesar das restrições à imigração e de acordo com os dados publicados pela OCDE, no relatório de 2007, relativo às migrações internacionais, cerca de quatro milhões de novos imigrantes entraram em 2005, de forma duradoura, nos países que constituem esta organização, representando um crescimento de 10% em relação ao ano anterior. Estados Unidos, Espanha, Reino Unido, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia e Alemanha são actualmente os países que acolhem mais estrangeiros, sendo que falamos aqui em imigrantes legais, pelo que temos que adicionar sempre uma percentagem significativa de pessoas sem documentos e/ou traficadas.

A Europa é, desde os anos 80, um espaço privilegiado de imigração, e de acordo com os mesmos dados da OCDE (2007), China, Paquistão, Índia e África Sub-Sahariana afiguram-se como as zonas de maior proveniência de imigrantes em direcção à Europa. Estes novos tipos de imigrações e imigrantes têm encontrado algumas dificuldades de integração na sociedade, fruto das naturais especificidades e estruturas sociais e de trabalho díspares. Aqui importa sublinhar o número crescente de estrangeiros sem documentos, fenómeno que se tem vindo

a verificar na última década e que se tem constituído como um desafio à integração e regularização dos imigrantes nos países de acolhimento. Neste sentido, a União Europeia tem procurado implementar alguns mecanismos de defesa e políticas de imigração. De destacar o Acordo de Schengen, assinado em 1985, que determina, para o cidadão europeu, a garantia de circulação, sem restrições, obrigando todos os cidadãos oriundos de países fora da União Europeia a adquirirem um visto Schengen para a sua visita ou permanência no interior da UE. Esta norma obriga a que os países abrangidos a terem centros de acolhimento temporários para os imigrantes em situação ilegal e legislação específica que possibilite a expulsão e respectivo registo no Sistema Schengen dos imigrantes que se encontrem nessa situação. Estes mecanismos de expulsão e deportação de imigrantes têm gerado muitas notícias, nomeadamente na imprensa e na televisão portuguesas, que enfatizam a polícia terrestre e marítima e as acções de luta contra a imigração clandestina no Mediterrâneo e Sul da Península Ibérica.

Este tipo de mecanismos de controlo dos imigrantes tem crescido exponencialmente por toda a Europa nos últimos anos, assim como a fiscalização e punição de empregadores de trabalhadores em situação de clandestinidade. Várias políticas de integração dos imigrantes tem sido seguidas, através da promoção da igualdade social, no emprego ou integração nas escolas, bem como, campanhas de luta contra a discriminação por parte da sociedade, acções desenvolvidas com recurso aos meios de comunicação de massas e de inquéritos periódicos que permitem às entidades terem a percepção de causas da discriminação relativamente aos imigrantes.

Sobre as atitudes dos europeus perante a imigração e as minorias, estudos desenvolvidos pelo *European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia* (EUMC) revelam que os *media* têm um papel fundamental na acção que exercem sobre os cidadãos, moldando mentalidades e influenciando-os relativamente à sua posição face à diversidade, ao “outro”, tomado como diferente. Tais conclusões enfatizam o relevante papel socio-cultural dos *media*, que ora sublinham as diferenças étnicas e culturais, ao invés de promoverem a integração e a diversidade, ora difundem imagens ou modelos tendencialmente mais inclusivos. Os mesmos estudos sustentam que os *media* tendem a produzir estereótipos

relacionados com a imigração e com as minorias étnicas, o que se apresenta como causa e consequência de estratégias políticas menos conseguidas de combate à discriminação. Há mesmo alguns países onde a opinião pública é algo resistente à imigração e à diversidade cultural, isto apesar dos esforços desenvolvidos pelos países membros da União Europeia com vista à total integração dos imigrantes. Segundo o *Eurobarómetro* – que recolhe dados relativos às atitudes e à percepção que os europeus têm dos imigrantes –, esta hostilidade para com os estrangeiros advém de factores mais objectivos, como a insegurança económica e a precariedade em geral, mas também de aspectos mais subjectivos, como expectativas ou opções ideológicas. Considerando as mesmas sondagens, a generalidade dos europeus assume que ser-se imigrante ou pertencente a uma minoria étnica apresenta-se, à partida, como uma desvantagem social que, inclusivamente, barra o acesso às oportunidades de mercado proporcionadas pela comunidade.

Ora, tendo em conta que os meios de comunicação de massas se assumem cada vez mais como as fontes de informação privilegiadas de uma fatia considerável da população, torna-se importante apontarmos algumas medidas comunitárias dirigidas aos operadores e aos profissionais dos *media*. Algumas posições assumidas pela União Europeia e pelos Estados-Membros, através de organismos competentes, têm como meta acções de consciencialização nos meios de comunicação social para a realidade pluricultural e multicultural das sociedades europeias, que têm que ser flexíveis e abertas para receber o *Outro*. É nesta direcção que caminham algumas directivas presentes nos acordos da Televisão sem Fronteiras (*Television without Frontiers*) relativamente aos direitos das minorias, à promoção da diversidade cultural e aos direitos humanos, desincentivando atitudes atentatórias à raça, sexo ou religião. Tais directivas foram fortalecidas com o programa *Media Plus* (2001-2006), que teve no desenvolvimento de produções cinematográficas e audiovisuais que dessem especial atenção à cidadania e às minorias étnicas e culturais, um dos seus objectivos primordiais. Visando a sensibilização dos profissionais da comunicação social, o *Committee on Migration of the Parliamentary Assembly of the Council of Europe* (PACE), tem reforçado, junto dos empresários europeus, a necessidade de

estes admitirem profissionais provenientes de minorias étnicas e emigrantes. Tem feito esforços para que haja uma maior formação por parte dos jornalistas em áreas relacionadas com a diversidade cultural, assim como o desenvolvimento de órgãos de comunicação direccionados para as comunidades étnicas (*Ethnic Media*).<sup>75</sup>

### 3.2. Os mass media em Portugal e a representação das minorias

Em Portugal, o fenómeno da imigração conheceu, nos últimos dez anos, uma preponderância e uma visibilidade crescentes na sociedade. Aquele que é um país de emigrantes, por tradição, vê-se no início do século XXI com cerca de 6% de população estrangeira e com mais de 10% da população activa constituída por imigrantes.

Dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) mostram que 2004 foi o ano com maior número de imigrantes registado em Portugal (447 mil), numero que começou a decrescer em 2005, com o agudizar da crise económica. No ano seguinte contavam-se cerca de 170 mil estrangeiros em situação ilegal. A maior comunidade<sup>76</sup> é a brasileira, com cerca de 107 mil cidadãos, seguida das comunidades cabo-verdiana e ucraniana, actualmente com cerca de 52 mil, cada. Os distritos com maior população estrangeira são Lisboa (cerca de 189 mil), Faro (56 mil) e Setúbal (43 mil), o que mostra uma grande concentração na Área Metropolitana de Lisboa. Os estrangeiros representam cerca de 4,3% da população que vive em território Português e apresenta uma taxa de emprego de 72,6% em oposição aos 68% dos portugueses.

Pesquisas efectuadas em torno das atitudes e valores dos portugueses relativamente aos imigrantes mostram haver uma «escala cultural cognitiva» entre todos os inquiridos, sendo que, estes se mostram mais próximos dos imigrantes brasileiros, reconhecem competência profissional aos imigrantes do Leste da Europa e sentem um certo desconforto na presença de pessoas de imigrantes

---

<sup>75</sup> Cfr. Ferin, Isabel et al., *Media, Imigração e Minorias Étnicas – 2005 - 2006*, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa, 2008, pp. 19-26.

<sup>76</sup> Dados de 2008 do SEF.

originários de países africanos. Torna-se, por isso, relevante perceber o comportamento dos agentes sociais, e naturalmente dos *mass media*, perante este novo paradigma de deslocação de pessoas.

Vários estudos recentes acerca da representação da imigração e minorias étnicas nos *media* portugueses têm comprovado a elevada importância dada pelos meios de comunicação social, nomeadamente, a televisão, aos estrangeiros radicados em Portugal, com especial destaque para os cidadãos brasileiros, que têm uma percentagem elevada de representação em peças jornalísticas, e onde o crime, a legalização e a prostituição se assumem como os temas mais frequentemente tratados.<sup>77</sup> Neste sentido, é importante sublinhar o papel do ACIME (Alto Comissariado para os Imigração e Minorias Étnicas)<sup>78</sup>, criado em 2002, na sensibilização dos meios de comunicação social face à problemática da imigração, tentando promover a integração e o combate à estigmatização dos imigrantes e minorias étnicas.

### 3.3. Os imigrantes e a televisão

A televisão é um espaço social estruturado e sujeito a tensões internas e externas, num campo de forças sociais regulamentado pelos poderes legislativo e político. Esta área da política desvela as tensões sociais e culturais existentes no âmbito das instituições. Ora, na cobertura feita à imigração e às minorias étnicas, o jornalismo televisivo português não é mais que o resultado e o produto destas tensões, sob o peso cultural e histórico e os novos valores da modernidade. Quer sejam públicas ou privadas, as televisões são também empresas e, como tal, dependem de anunciantes e de públicos, sendo o espaço de produção da mensagem sujeito a estas pressões internas e externas. Tendo em conta que o processo de comunicação é um círculo contínuo de produção-circulação-recepção-produção<sup>79</sup>, a mensagem tende a flutuar entre os estereótipos e um discurso

---

<sup>77</sup> Cfr. Ferin Cunha, I., *Nós e os Outros nos artigos de opinião da imprensa portuguesa*, Karthala, Revue Lusotopie, Paris, 1997, pp. 435-467.

<sup>78</sup> Passou a designar-se ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), em finais de 2006.

<sup>79</sup> Cfr. Ferin, Cunha I., *Journalistic Coverage of Immigration in the Portuguese Television: 2003-2006*, pp. 17-18. Disponível em:

“politicamente correcto”.

Assim, a produção noticiosa resulta de factores tão díspares como, os acontecimentos em si, as tensões políticas, as técnicas e conhecimentos profissionais, as rotinas de produção, as ideologias de produção e especificidades de cada meio de comunicação social – no fundo, a cultura institucional –, as expectativas criadas, quer pelos emissores, quer pelos receptores da mensagem, ou as especulações sobre as audiências. Parece-nos claro que, tendo em conta o que se disse, é esta miscelânea de factores que contribui para a produção da notícia, tornando-a uma narrativa socialmente construída, um produto cognitivo individual (por parte do jornalista) e colectivo, das organizações e da própria sociedade, que constituem, em ultima instância, um indicador das suas estruturas e da própria visão que têm da palavra.<sup>80</sup>

Na perspectiva da produção de informação, ultrapassada a relação de causa-efeito entre os *mass media*, públicos e agendas, permanece a ideia de uma hierarquia temática proposta pelos meios de comunicação, construindo, desta forma, a realidade tendo em conta fontes de interesse na sociedade. A denominada “agenda-setting”, presente no quotidiano de qualquer meio de comunicação social, não é mais que uma selecção e hierarquização das notícias, criando a realidade, por exemplo, relativamente à imigração e minorias étnicas, nomeadamente através de informações fornecidas por fontes privilegiadas, como as forças de segurança pública ou o próprio ACIME. O papel destas entidades está relacionado com a sua posição social privilegiada e no seu poder de influência sobre os *media* no âmbito da definição e hierarquização da realidade e no reforço da hegemonia. É a partir desta relação que a televisão, não só reproduz, como define, a realidade, exercendo um papel activo com o objectivo de dar sentido às coisas. Aqui intervêm os conceitos de «controlo cultural» e de «pânico moral»<sup>81</sup>, relacionados com as tensões presentes na cobertura jornalística da imigração e minorias étnicas, num equilíbrio entre crime, transgressões sociais e temas “politicamente correctos”. O «pânico moral», uma ideia colectiva das sociedades em constante

---

<http://www.obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewArticle/181>.

<sup>80</sup> Cfr. Ferin, Cunha I., *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>81</sup> Conceitos desenvolvidos por Stuart Hall e Stanley Cohen. Cfr. Hall, Stuart. et al., *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order*, Macmillan, Londres, 1978; Cohen, Stanley., *Folk Devils and Moral Panics*, McGibbon and Kee, Londres, 1972.

mutação, criado por agentes sociais com relevância e poder de controlo socio-cultural, está patente nos *media* através de uma “roupagem” e de um critério simbólico que cristaliza temores e ameaças, como as mudanças de estatuto social, o desemprego, a violência ou a dissolução familiar. Stanley Cohen (1972) considera que a proximidade entre os agentes culturais e os meios de comunicação social constitui uma oportunidade única para o nascimento de movimentos que suportem um novo universo moral, contra uma hegemonia única, redefinindo limites entre o que é moralmente desejável e o moralmente indesejável.

Os estereótipos são outra maneira de consolidar a percepção, já que restringem as informações, catalogando os sentidos de uma forma depreciativa. Os estereótipos associam-se ao poder e à hegemonia e, ainda que possa atingir esporadicamente os detentores do poder, é sobre os mais fracos que habitualmente recaem. A televisão, com a sua natureza e linguagem específicas, utiliza habitualmente estereótipos como forma de ir ao encontro das expectativas criadas pelos públicos e, conseqüentemente, vão ao encontro das audiências, que os reconhecem e os tomam como sendo naturais. Na perspectiva da imigração e das minorias, o volume excessivo de estereótipos e notícias negativas, é normalmente “compensado” com representações e notícias positivas.<sup>82</sup>

Para esta corrente de autores, tendo em conta as rotinas e práticas de produção noticiosa, os *media* recorrem invariavelmente a fontes institucionais (definidores primários), ficando os cidadãos comuns, ou seja, as fontes não estruturadas (definidores secundários) para segundo plano. Com efeito, têm propensão para reproduzir uma visão dominante sobre os grupos étnicos e a seleccionar determinados acontecimentos que rompam o limite do consenso, tendo por base valores-notícia<sup>83</sup>, que se circunscrevem a estórias estranhas, fantásticas, trágicas, morais, satíricas ou mesmo violentas. O tratamento noticioso dado aos grupos minoritários – que são retratados através de notícias onde o crime

---

<sup>82</sup> Cfr. Ferin, Cunha I., *Journalistic Coverage of Immigration in the Portuguese Television: 2003-2006*, pp. 19-20. Disponível em: <http://www.obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewArticle/181>.

<sup>83</sup> Aprofundaremos mais adiante a problemática dos valores-notícia, no quarto capítulo dedicado ao estudo empírico.

ou os festivais musicais e culturais tem maior predominância<sup>84</sup> – equiparam-se ao mesmo tipo de tratamento que é dado a outros grupos sociais debilitados, dado que, o que está em causa aqui são as forças de mercado que determinam aquilo que se produz rotineiramente, exigindo audiências para vender aos anunciantes. Nesta óptica, os acontecimentos – que mais tarde são notícias – que envolvem imigrantes ou minorias étnicas são tendencialmente tratados como notícias leves («Soft News»)<sup>85</sup>, por meio de meios técnicos e cénicos que demarcam e teatralizam uma determinada acção, vista como uma narrativa desviante e fora do comum, mas presa a expectativas, medos e anseios sociais predominantes. Este tipo de tratamento noticioso algo sensacionalista é invariavelmente considerado pelas democracias ocidentais como ofensivo à própria cidadania. No entanto, – e como já vimos – há outras visões do mesmo problema que tendem a ir ao encontro da ideia de audiências activas – audiências que constroem os seus próprios sentidos a partir das mensagens recebidas –, e que consideram que esta “tabloidização” se afigura como sendo algo que vai contra o tal discurso “politicamente correcto”, repondo o consenso social sobre certos assuntos.<sup>86</sup>

Como já referimos, estudos recentes<sup>87</sup> comprovam a importância dada pelos *mass media* às minorias étnicas e aos imigrantes. Ainda assim, tem-se observado uma tendência para a diminuição do fluxo de notícias. As festas de Natal e de Ano Novo ou a prostituição de mulheres brasileiras são temas que continuam a merecer destaque por parte dos *media* portugueses.<sup>88</sup> De salientar que

---

<sup>84</sup> Cfr. Ferin, Cunha I. *et al.*, *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa, 2006, pp. 25-26.

<sup>85</sup> «Seguindo a denominação “tradicional” anglo-saxónica extraída dos conhecimentos de rotina dos jornalistas (Tuchman, 1978), as notícias podem subdividir-se em *hard news* (notícias “duras”, respeitantes a acontecimentos) e *soft news* (notícias “brandas”, referentes a ocorrências sem grande importância e que, geralmente, são armazenadas e apenas difundidas quando tal é conveniente para a organização noticiosa). As *hot news*, notícias “quentes”, seriam aquelas que, sendo *hard news*, se reportam a acontecimentos muito recentes. As *spot news* são as notícias que dizem respeito a acontecimentos imprevistos. Finalmente, as *running stories* são notícias em desenvolvimento.» Cfr. Sousa, Jorge Pedro, *As notícias e os seus efeitos: As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*, Minerva, Coimbra, 2000, p. 29.

<sup>86</sup> Cfr. Ferin, Cunha I., *Journalistic Coverage of Immigration in the Portuguese Television: 2003-2006*, pp. 33-37. Disponível em:

<http://www.obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewArticle/181>.

<sup>87</sup> Cfr. Ferin, Cunha I. *et al.*, *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa, 2006, p. 25; Correia, João Carlos, *Jornalismo e realidades múltiplas: o arrastão e a representação mediática das identidades*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-identidades-multiplas.pdf>

<sup>88</sup> Cfr. Ferin, Cunha I., *Journalistic Coverage of Immigration in the Portuguese Television: 2003-*

as peças televisivas no Centro, Interior e Norte do país são, proporcionalmente, aquelas que enfatizam mais este tema. A maioria das peças focam imigrantes homens ou igualmente homens e mulheres, sendo que as peças que focam apenas mulheres se relacionam com a prostituição. As notícias sobre homens tendem a apresentá-los como relativamente jovens, em situação de clandestinidade, envolvidos invariavelmente no mundo do crime, sendo membros ou vítimas de crime organizado. Os imigrantes brasileiros são aqueles que apresentam maior visibilidade como criminosos, seguidos pelos estrangeiros oriundos da Europa Oriental. Os africanos e descendentes de imigrantes dos PALOP merecem menos destaque, comparativamente aos anteriores, exceção feita ao “Arrastão<sup>89</sup> de Carcavelos”.

Ao nível dos estereótipos mais comuns, os brasileiros são vistos como “malandros” ou “rufias” e os imigrantes da Europa Oriental, são muitas vezes conotados como “mafiosos”. As peças que incidem sobre homens e mulheres referem-se, normalmente, a formas de integração de casais e famílias. As narrativas referem os casos de integração bem sucedida e a bondade de Portugal enquanto país de acolhimento, sendo que poucos relatos abordam situações de abuso ou exploração laboral. Apesar de maioria das peças abordarem pessoas comuns, os especialistas (juristas, professores, psicólogos, médicos ou bombeiros) e os imigrantes, são os agentes com maior destaque. As pessoas comuns e peritos têm habitualmente uma função activa nas peças, que pode ser comprovada pelos testemunhos que dão, e os imigrantes assumem papéis eminentemente passivos, ou seja, são indivíduos que são sujeitos numa acção produzida por terceiros. Se os juntarmos todos, estes grupos têm uma autoridade distante do conceito já aflorado de «definidores primários» de Stuart Hall, aos quais as forças de segurança ou mesmo as instituições governamentais são fechadas.

É ainda de salientar, que os brasileiros são os imigrantes que surgem mais frequentemente como actores, embora não sejam proporcionalmente ouvidos. Esta presença frequente de brasileiros como actores, nomeadamente, em peças de

---

2006, pp. 33-34. Disponível em:  
<http://www.obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewArticle/181>.

<sup>89</sup> Os *media* portuguesas “optaram” por se socorrer da expressão “arrastão”, adoptando o sentido recorrente no Brasil, onde é utilizada para fazer referência aos assaltos em massa nas praias.

televisão em Portugal, pode-se dever ao facto desta comunidade de imigrantes ter um peso significativo no nosso país. Ainda assim, e seguindo o mesmo raciocínio, a comunidade cabo-verdiana não tem tanto destaque, apesar de ser uma das maiores comunidades em Portugal. Os cabo-verdianos, tal como outras comunidades africanas, aparecem poucas vezes representados enquanto “actores”, e ainda menos frequente se revelam as situações em que as suas vozes possam ser ouvidas, pese embora o seu envolvimento directo nos temas tratados. Temas associados a transgressões sociais permanecem na mira dos *mass media*, embora em queda progressiva, bem como, se nota uma visibilidade crescente dos temas incluídos na categoria “Sociologia e Integração”. Estas constatações afiguram-se como relevantes tendo em conta que o ano de 2005 é marcado pelo “Arrastão de Carcavelos”, sendo que estes dados devem ser contextualizados no âmbito dos mecanismos internos e externos dos meios de comunicação. Ora, o caso do “Arrastão de Carcavelos” domina o ano de 2005 e é responsável pela exposição dada às segundas gerações, tanto na imprensa como na televisão. Num contexto de recessão económica, as televisões apresentaram, baseando-se em fontes policiais, um «pânico moral» a partir da invasão de uma praia por parte de jovens negros dos subúrbios e da agressão de famílias desprotegidas e indefesas.

Convém, pois, entendermos um «pânico moral» enquanto fenómeno social de reacção ao perigo, potencialmente atentatório a posições, interesses, ideologias e valores enraizados. No fundo, o «pânico moral» afigura-se como um receio a uma possível ameaça à ordem social. Tomando como exemplo o caso do “Arrastão de Carcavelos”, o tipo de tratamento jornalístico dado, altamente estigmatizante, cria na sociedade portuguesa o receio de proliferação dos bairros suburbanos, habitados essencialmente por descendentes de imigrantes das ex-colónias. As peças televisivas despertaram o medo colonial, reviveram discursos de interesses lesados pela descolonização e mobilizaram os interesses relacionados com a integração. Primeiramente, a representação do acontecimento e o discurso que lhe está associado parece ter recuperado, por um lado, os discursos associados aos traumas coloniais, por outro, a tal ideia de «pânico moral», inerente a receios associados a momentos de crise, económica, social e política.

Este acontecimento foi negado nos dias subsequentes – por outras testemunhas, outros *media*, instâncias policiais superiores, ACIME e alguns intelectuais – e considerado um não-acontecimento ou um evento construído pelos *media* e, principalmente, pela televisão. O caso apareceu como sendo credível em vários quadrantes da sociedade, sendo englobado no mesmo tipo de casos (crimes de gangues juvenis, moradores de bairros degradados e com insucesso escolar) já apresentados pelos *media*. Efectivamente, os debates que o caso originou foram imprescindíveis para a execução de medidas de regulação dos meios de comunicação social e para alterações efectuadas à Lei da Nacionalidade, permitindo novas modalidades de aquisição da nacionalidade portuguesa por descendentes de imigrantes e emigrantes. Paralelamente, foram tomadas algumas acções de integração e reabilitação dos jovens provenientes de bairros degradados. Da mesma forma, o mesmo acontecimento provocou reacções e, inclusivamente, o aparecimento de movimentos de extrema-direita, xenófobos e com tendências racistas, o que vem comprovar, uma vez mais, a influência social dos *mass media*. O “Arrastão de Carcavelos”, enquanto caso paradigmático de construção social da realidade por parte dos *mass media*, é motivo de reflexão acerca do racismo subtil, por vezes adormecido sob a “capa” do «pânico moral» e do “politicamente correcto”. Nas palavras de João Carlos Correia:

O caso do “Arrastão mostrou a dificuldade em lidar com a estranheza que hoje habita a Metrópole portuguesa. Os debates que se verificaram e as representações sociais que transpareceram nos discursos mediáticos traçaram uma divisão da sociedade portuguesa entre aqueles que, preparados ou não, admitem a estranheza que hoje faz parte da identidade portuguesa como algo que faz dela parte, que é incontornável; e os que, definitivamente, apresentam maiores dificuldades em absorver esta ideia.<sup>90</sup>

\*

---

<sup>90</sup> Correia, João Carlos, *Jornalismo e realidades múltiplas: o arrastão e a representação mediática das identidades*, p. 9. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-identidades-multiplas.pdf>

Em suma, a visibilidade ou invisibilidade dos imigrantes e das minorias étnicas tem promovido o debate público, ainda que nem sempre claro nas suas diversas dimensões em torno da identidade e da diferença, mas principalmente das políticas de imigração e inclusão das minorias. Nos noticiários televisivos são, invariavelmente, expostas peças onde os procedimentos podem ser vistos tanto como boas práticas, ou como forma de tornar imperceptíveis as diferenças de acesso a oportunidades sociais. Simultaneamente, a nomeação da pertença étnica por parte dos meios de comunicação social pode conduzir a situações de etnicização das relações sociais, constituindo-se como um entrave ao convívio entre diferentes comunidades étnico-culturais. Por outro lado, as boas práticas – que aconselham à não nomeação do grupo étnico – podem tornar as comunidades como que invisíveis, comunidades essas que necessitam de afirmar a sua existência e a sua diferença, enquanto identidades em construção. Ora, estas ambiguidades a que estão sujeitos os *media*, bem como as opções “politicamente correctas” na produção noticiosa, nem sempre têm consequências para os cidadãos que têm como objectivo explicar a integração.<sup>91</sup>

---

<sup>91</sup> Cfr. Ferin, Cunha I., *Journalistic Coverage of Immigration in the Portuguese Television: 2003-2006*, pp. 36-37. Disponível em: <http://www.obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewArticle/181>.

## 4. “O assalto ao BES de Campolide”: o caso

*Boa noite. Dois homens armados que entraram há cinco horas numa dependência do Banco Espírito Santo em Campolide são brasileiros.*

**Rodrigo Guedes de Carvalho**  
(Jornal da Noite – SIC, 07-08-08)

### 4.1. Objectivos e Metodologia

Ao longo dos três capítulos anteriores procurámos estabelecer um referencial teórico, através da sistematização de conceitos e reflexões de autores basilares – como Alfred Schutz, Erving Goffman, Gaye Tuchman, Pierre Bourdieu, Stuart Hall ou John Thompson – no que concerne a temas como a Fenomenologia, as representações culturais, a noção de enquadramento, ou a manipulação da televisão. Para além deste quadro teórico, interessou-nos, igualmente, perceber qual o panorama actual do jornalismo português e, concretamente, do tratamento por ele dado aos imigrantes e minorias étnicas, enquanto vectores essenciais deste estudo, recorrendo aos mais recentes estudos do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). Tal explanação tem como propósito a adaptação das referidas estruturas conceptuais e contextualização ao estudo empírico de um acontecimento mediático que teve lugar a 7 de Agosto de 2008, e que ficou conhecido como o “assalto ao BES de Campolide”, acabando por ter como “personagens” centrais, dois cidadãos brasileiros, facto que se torna, simultaneamente, causa e efeito da escolha do corpo teórico mencionado.

Tendo definido como objecto de análise a televisão, enquanto meio de comunicação de massas por excelência, optámos por nos debruçar sobre a Sociedade Independente de Comunicação (SIC), por alguns aspectos essenciais: por um lado, por considerarmos a referida estação de televisão uma referência no panorama do jornalismo televisivo português e, por isso mesmo, um órgão de comunicação social de peso no contexto jornalístico e social em Portugal e, conseqüentemente, um objecto de análise de elevado interesse; por outro lado, por uma questão logística e de viabilidade relativamente à disponibilidade, no que à

cedência de conteúdos informativos diz respeito, por parte das demais estações televisivas. A pesquisa não optou pela (mais habitual) comparação entre vários canais, mas sim pela análise longitudinal do caso numa só estação. Deste modo, pretendemos apreender quais as lógicas da evolução de uma “estória” que se manteve no topo da agenda. Não se trata, por isso, de analisar eventuais enviesamentos face à realidade (no que seria a procura do canal mais fiel aos dados do real), mas sim de tentar compreender como os jornalistas (no caso os da SIC) constroem e vão direccionando a estória com os dados que têm disponíveis e os quadros de experiência e mentais em que se movem.

Depois de definido o objecto de estudo, restava a definição dos momentos específicos de análise. Ora, tomando o noticiário da noite como sendo o momento informativo por excelência da televisão em Portugal, aquele a que mais espectadores assistem e que, por isso, mais atenção desperta, os nossos focos centrais de análise serão os dois jornais da noite da SIC que se seguiram a partir do momento em que o acontecimento se tornou mediático. Assim, a nossa análise recairá sobre o *Jornal da Noite* do dia do assalto (7 de Agosto de 2008) e o *Jornal da Noite* do dia seguinte. Apesar de, enquanto acontecimento mediático, o caso ter sido noticiado em mais momentos e durante mais dias, julgámos pertinente a análise dos dois referidos telejornais, por serem, no nosso entendimento, os picos informativos, ou seja, os momentos mais relevantes, tendo em conta a proximidade ao sucedido e a desejável espontaneidade jornalística inerente a um acontecimento que rompe radicalmente com a agenda diária de um qualquer meio de comunicação, o que torna, por isso mesmo, mais interessante e sustentado um estudo acerca da forma como os *mass media* tratam o fenómeno da imigração e das minorias étnicas. Analisaremos, não só – a informação verbal, decorrente dos dois momentos supracitados, como – e tratando-se de jornalismo televisivo – de algum conteúdo visual, que consideremos de maior relevância para complementar a análise verbal.

Perante o que foi explanado e no contexto desta abordagem teórica e conceptual surgem à investigação as seguintes questões, às quais tentaremos dar resposta: Será a televisão manipuladora, quando revela dificuldade em lidar com realidades múltiplas?; Quem é que influencia quem: A televisão exerce influência

sobre a sociedade ou é a sociedade que tem mais peso na forma como os jornalistas (re)produzem a informação?; Serão as minorias étnicas e os imigrantes equiparados à maioria, da qual os órgãos de comunicação fazem parte?; A que tipo de enquadramentos serão sujeitos estes grupos minoritários, por parte dos *mass media*? Os cidadãos estrangeiros em Portugal são conotados como tal, sendo, inclusivamente, alvo de estereótipos por parte dos *mass media*?

#### 4.2. “O assalto ao BES de Campolide”: O facto

Faltavam poucos minutos para as 15 horas do dia 7 de Agosto de 2008. A pequena dependência do Banco Espírito Santo de Campolide, em Lisboa, estava quase a fechar. Atendiam-se os últimos quatro clientes e é nesta altura que dois homens armados entram, dirigem-se ao balcão e anunciam um assalto. Uma das clientes consegue fugir e dá o alerta a um polícia que patrulha aquela zona. No interior do banco ficam três clientes e dois funcionários, uma delas a gerente. O aparato policial assusta os assaltantes, que decidem libertar os clientes e fazer reféns os funcionários. Os negociadores da PSP chegam ao local e começam a tentar estabelecer contacto com os dois indivíduos. A esta altura o relógio marcava 16 horas.

O presumível amadorismo dos assaltantes, que não perceberam que este banco não tem praticamente movimento de dinheiro, leva-os a alterar radicalmente o plano inicial. O objectivo deixa de ser, assaltar o banco e passa a ser, fugir dali sem serem presos. Perto das 17h30, a polícia corta as comunicações na zona, para impedir qualquer contacto dos assaltantes com o exterior. Elementos do Grupo de Operações Especiais (GOE) começam a posicionar-se à porta do banco, os snipers tiram dos carros as carabinas de alta precisão e preparam-se para intervir.

Por volta das 20 horas é colocado à porta do banco um saco de comida pela polícia, que nunca chegou a ser levantado. Com o cair da noite, os assaltantes começam a pedir uma viatura para fugir, ameaçando de morte os dois reféns. O pedido é recusado. Perante a intransigência da polícia, os dois indivíduos optam por fugir no carro de um dos reféns, estacionado mesmo em frente ao banco. Aproximam-se da porta com armas de fogo apontadas aos funcionários, que têm

as mãos presas por braçadeiras de plástico. Um dos assaltantes ainda tenta cobrir-se, mas o assalto estava perto do fim. A exposição dos assaltantes à porta do banco abre margem de manobra aos snipers e à primeira oportunidade, dá-se o primeiro disparo, que atinge mortalmente um dos assaltantes. A refém foge de imediato, o outro funcionário do BES é puxado para dentro do banco. Ouvem-se mais dois tiros e numa questão de segundos, vários elementos da polícia entram no banco e terminam com uma situação que durava há mais de 8 horas. Um dos assaltantes teve morte imediata, o outro foi transportado em estado grave para o Hospital de São José. Quanto aos dois reféns, apenas um teve de receber tratamento médico a pequenas escoriações.

Ficam alguns dos números deste incidente: passaram cerca de 8 horas, desde que os dois indivíduos entram na dependência bancária, até ao momento em que são alvejados. Nesta operação estiveram envolvidos 100 elementos da Polícia de Segurança Pública, 8 no INEM e mais 8 agentes da Polícia Judiciária.

### **4.3. “O assalto ao BES de Campolide”: A notícia**

«Boa noite. Dois homens armados que entraram há cinco horas numa dependência do Banco Espírito Santo em Campolide são brasileiros». É desta forma que Rodrigo Guedes e Carvalho abre o “Jornal da Noite”, da SIC, a 7 de Agosto de 2008, o dia do sequestro. Com o critério jornalístico aqui evidenciado, que define como principal prioridade a nacionalidade dos dois sequestradores, começa a tornar-se clara a tendência dos *media* para ceder ao processo de estereotipagem. De referir que, no momento em que se soube que dois homens se tinham dirigido a uma dependência bancária em Lisboa, as principais preocupações prendem-se com os meios policiais e ambulâncias no local, como foi dado o alarme, o que já tinha sido feito pelas autoridades até então, quando tudo começou, a informação de negociações a decorrer entre polícia e assaltantes, e sobretudo, se havia feridos e «o número de reféns ou as reivindicações dos assaltantes». Mais, no “flash” informativo transmitido às 17 horas – que deu conta do acontecimento – as primeiras palavras da repórter no local, foram: «Já podemos avançar de fonte segura que se trata de dois assaltantes. Não sabemos, no entanto, quantos reféns é que estão lá dentro». Como reflecte o oráculo que

acompanha o momento informativo: «Criminalidade: Assalto a dependência do BES em Lisboa envolve reféns» (*Figura 1*).



*Figura 1*

Três horas depois, o que é relevante deixa de ser, por exemplo, quantos reféns se encontram no banco, se houve feridos ou até mortos, se já há rendições por parte dos assaltantes, se a situação se mantém estável, se as negociações se mantêm, mas antes (e primeiramente), «os dois homens armados (...) são brasileiros». Ora, com esta afirmação, o que é que estamos a querer dizer? Não estamos a querer transmitir àqueles que nos estão a ouvir, mais do que o seguinte: “Atenção, está explicado! Os dois homens armados que entraram naquele banco são os do costume, são indivíduos que pertencem àquele grupo problemático que, invariavelmente, se envolve neste tipo de situações. Os dois bandidos são brasileiros e está tudo dito!” Que se note, que até à abertura do referido telejornal, a SIC ainda não tinha informado o número exacto de sequestradores, nem que tinham sido libertados três reféns e que, deste modo, restavam dois. Uma mulher tinha conseguido escapar e por isso, o primeiro número apurado de reféns tinha sido seis. Ainda assim, antes de termos estas informações, a primeira preocupação foi dar conta da nacionalidade dos sequestradores e só então ficarmos com as certezas atrás referidas, e que na nossa opinião, teriam muito mais relevância. Com o enfoque dado a esta questão, tudo o que possa acontecer depois está como que legitimado pelo simples facto de os infractores serem de nacionalidade brasileira.

Esta legitimação fica comprovada e ganha especial destaque, quando, poucos minutos depois o criminalista Francisco Moita Flores, chamado pela SIC a comentar o sucedido, profere a seguinte declaração: «O facto de serem brasileiros também diz alguma coisa sobre esta história. Diz que estamos a falar de um comportamento criminal e de indivíduos que têm vindo a ser assinalados, um pouco pelo país, nos assaltos a bombas de gasolina, tráfico de mulheres, prostituição, a tráfico de droga, *car jacking*; que têm sido muitos imigrantes, brasileiros e de Leste, que estão muito envolvidos neste tipo de assaltos». Ora, se é um reconhecido especialista em criminologia que nos diz com todas as letras que o simples facto de estes indivíduos serem de nacionalidade brasileira «também diz alguma coisa sobre esta história», até porque os membros desta comunidade tendem a apresentar um «comportamento criminal», estando «assinalados» pelos mais variados tipos de crime, o que podemos nós dizer? Bem, restar-nos-iam dois caminhos: podíamos simplesmente tomar estas palavras e estas afirmações como boas, pelo simples facto de nos terem sido reveladas por um criminalista experiente, por alguém sob o qual não recaem grandes dúvidas quanto à idoneidade, profissionalismo e competência, um homem que já presenciou e investigou inúmeras ocorrências deste tipo e claro, tendo-lhe sido dada voz por uma cadeia de televisão como a SIC, com todo o histórico e crédito que nos merece, mais reforçadas saem as primeiras premissas; por outro lado, respeitando a pessoa, o profissional e os comentários proferidos, poderíamos recusar a ideia que nos é veiculada e que sugere uma ligação indissociável entre “brasileiros” e “crime”.

Ainda que não tenhamos feito um estudo sociológico aprofundado, que nos permitisse chegar à conclusão de que um indivíduo, pelo simples facto de ser brasileiro, seja potencialmente criminoso, ficamo-nos pela segunda hipótese, porquanto a primeira nos parece de uma estereotipagem gritante.

Torna-se evidente que o processo a que aqui assistimos – a tipificação – não é mais que a procura de esquemas cognitivos familiares e conducentes com um pensamento típico e consensual, relacionado com o senso comum. Deste modo, neste tipo de acontecimentos mediáticos, que saem da rotina jornalística, alterando-a, tende a recorrer-se a precedentes para que se possa reconhecer

facilmente a situação, enquadrando-a e comparando-a com ocorrências similares, anteriormente verificadas.

Aquilo que é vivenciado como novo já é conhecido, no sentido de que lembra coisas parecidas ou iguais anteriormente percebidas. Mas o que já foi captado uma vez, em sua tipicidade, traz consigo um horizonte de experiências possíveis, com as referências correspondentes à familiaridade, isto é, uma série de características típicas ainda não realmente vivenciadas, mas que se imagina que possam ser vivenciadas.<sup>92</sup>

Invariavelmente, os jornalistas utilizam formas retóricas de pôr o problema, estereótipos que se materializam em rotinas de escrita e da própria organização da informação, critérios que estão patentes nos valores-notícia<sup>93</sup> e critérios de noticiabilidade. Neste caso, assistimos ao valor-notícia da consonância, que é definido, precisamente, pelo recurso a paradigmas, para explicar situações novas, criando determinadas expectativas relativamente ao que vai acontecer, tendo em conta experiências passadas. Como diria Goffman, trata-se de «quadros de experiência» que «auxiliam o seu utilizador a localizar, perceber, identificar e classificar um número infinito de ocorrências aparentemente semelhantes».<sup>94</sup> De sublinhar, que estas tipificações tendem a espelhar determinados conceitos e concepções acerca do mundo, que são tomados como naturais, tendo em conta os valores estabelecidos pelo grupo dominante.

---

<sup>92</sup> Schutz, Alfred, *Fenomenologia e Relações Sociais – textos escolhidos de Alfred Schutz*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979, p. 115.

<sup>93</sup> «A primeira tentativa de identificar, de forma sistemática e exaustiva, os valores-notícia que a comunidade interpretativa dos jornalistas, ou, na linguagem dos autores, os factores que influenciam o fluxo de notícias, foi o estudo de Galtung e Ruge (1965/1993). Em resposta à questão de «como se tornam notícia os acontecimentos», Galtung e Ruge enumeram doze valores-notícia: 1) a frequência, ou seja, a duração do acontecimento; 2) a amplitude do evento; 3) a clareza ou falta de ambiguidade; 4) a significância; 5) a consonância, isto é, a facilidade de inserir o «novo» numa «velha» ideia correspondente ao que se espera que aconteça; 6) o inesperado; 7) a continuidade, isto é, a continuação como notícia do que já ganhou noticiabilidade; 8) a composição, isto é, a necessidade de manter equilíbrio nas notícias pela diversidade de assuntos abordados; 9) a referência a nações elite; 10) a referência a pessoas de elite, isto é, o valor-notícia da proeminência do agente do acontecimento; 11) a personalização, isto é, a referência às pessoas envolvidas; 12) a negatividade, ou seja, o valor que se rege segundo a máxima *bad news is good news* («más notícias são boas notícias»). Cfr. Traquina, Nelson, *Jornalismo*, Quimera, s.l., 2002, pp. 178-179.

<sup>94</sup> «(...)primary framework allows its user to locate, perceive, identify, and label a seemingly infinite number of concrete occurrences defined in its terms.» Cfr. Goffman, Erving, *Frame Analysis – An Essay on the Organization of Experience*, Northeastern University Press, Boston, 1986, p. 21.

Outro aspecto que nos parece interessante referir prende-se com a necessidade por parte da repórter no local – a mesma jornalista da intervenção da tarde –, chamada a dar mais informações em directo, referir, por quatro vezes, a nacionalidade dos assaltantes. Quatro intervenções, num total de cinco minutos e 40 segundos, têm a tónica comum dos «assaltantes de nacionalidade brasileira». Ainda que possamos dizer que, se num jornal podemos ler e reler, na televisão isso não acontece e os jornalistas tendem a “reciclar” certos aspectos, parece-nos excessivo o número de vezes que a nacionalidade dos indivíduos é referida, até porque, como já defendemos, não se trata do foco essencial deste caso.

O *Jornal da Noite* do dia seguinte, traz consigo o desfecho do caso. Recorde-se que o sequestro terminara no dia anterior, pelas 23 horas, com disparos da polícia que vitimaram mortalmente um dos sequestradores, ferindo gravemente o segundo. A tónica desvelada no primeiro dia, no fundo, a importância desmesurada dada à nacionalidade dos dois indivíduos, mantém-se: «Bem vindos ao *Jornal da Noite*. A imagem do dia é a que todo o país comenta: o arrepiante desfecho do sequestro num balcão do BES em Lisboa. Depois de mais de oito horas de impasse, uma situação de grande tensão, quando os dois sequestradores brasileiros apareceram à porta, de armas apontadas à cabeça dos reféns.(...)».

Ora, não só notamos esta tendência para sublinhar a nacionalidade dos assaltantes, como, mais que isso, posto nestes termos o caso é mesmo tomado como “o caso dos dois sequestradores brasileiros”. Aqui lembramos a ideia de Stuart Hall de «mapas de significado», dentro do processo de «representação», já afluído.<sup>95</sup> Ou seja, ao afirmar que «os dois sequestradores brasileiros apareceram à porta do banco(...)», o jornalista não faz mais que recorrer a uma referência, sendo que os receptores da mensagem reconhecem aquela informação e tomam-na como familiar e, naturalmente, aceite. Por outras palavras, ao dizermos «os dois sequestradores brasileiros», estamos a dizer, «aqueles sequestradores brasileiros» e não outros. Com efeito, ao ouvirmos as primeiras palavras do telejornal da SIC do dia 8 de Agosto de 2008, facilmente reconhecemos o caso de que nos fala o jornalista, o que não seria, de todo, incorrecto, se o enfoque dado não fosse, uma

---

<sup>95</sup> Vide pp. 39-40 da presente dissertação.

vez mais – e como já sublinhámos – a nacionalidade dos sequestradores. Ao longo da introdução do telejornal, são emitidas várias imagens do momento do desfecho do sequestro – os tiros da polícia (*Figura 2*), a fuga da refém (*Figura 3*), a ida do outro refém para uma ambulância, para receber assistência (*Figura 4*) - sempre com um oráculo que, de certa forma, legitima o facto da polícia ter atirado «a matar»: «Sequestro no banco: Polícia atirou a matar perante ameaça de execução dos reféns».



*Figura 2*



*Figura 3*



*Figura 4*

Depois de escalpelizada toda a sucessão de acontecimentos que fizeram parte deste caso, é lançada uma peça onde são entrevistados vários moradores de Campolide, que testemunham o que viram e ouviram, e o facto de não lhes ter sido dada autorização para entrarem para suas casas, o que demonstra a quebra da ordem pública que o acontecimento provocou. Esta peça é lançada tendo como pano de fundo uma “bolacha” com um plano apertado de um dos sequestradores com a arma apontada à cabeça de um dos reféns (*Figura 5*), o que, para além de poder suscitar interesse por parte dos telespectadores, serve para reportá-los ao local do crime, revivendo o momento de tensão.



*Figura 5*

Seguidamente, outro processo de construção é veiculado pelo pivot do *Jornal da Noite*, Rodrigo Guedes de Carvalho: «Seriam trabalhadores da construção civil, estes dois imigrantes brasileiros que ontem assaltaram o banco». Ora, para além de «imigrantes brasileiros», outro estereótipo sobe a palco nesta fase: os sequestradores são «trabalhadores da construção civil». O quadro está montado, o que não agrada ao embaixador do Brasil em Portugal: «O embaixador do Brasil em Portugal repudia a violência dos casos e teme agora reacções xenófobas contra a comunidade», é dito.

Neste contexto, seguem-se três momentos particularmente relevantes na nossa opinião. A introdução da peça seguinte, dentro do alinhamento do telejornal: «Tinha cerca de 35 anos o assaltante que ontem caiu morto, atingido pelos tiros da polícia na cabeça e depois no tórax. O cúmplice, de 23 anos, está ainda em estado

grave, ligado a um ventilador, com situação clínica reservada. O disparo acertou-lhe na face direita. É de Minas Gerais, onde tem pai, mãe e três irmãs. Sem cadastro, pelo menos no nosso país, os dois homens viviam em Portugal, ilegais, sem autorização de residência, mas um deles teria o processo a correr. Viviam na zona de Lisboa e têm cá família, amigos próximos e até trabalho.»; a intervenção do responsável da PSP, com uma sequência de perguntas e respostas: «Julgo que estariam a trabalhar, mas é uma questão que depois...» (é interrompido por uma questão) – «Em quê?» – «Julgo que construção civil, mas é uma questão que vai ser agora aprofundada.» Nova questão: «E estavam cá há quanto tempo?» – «Há pouco tempo». «Pouco tempo são meses, um ano?» – «Há meses.»; e a declaração do dia anterior, proferida por Francisco Moita Flores, e já referenciada: «O facto de serem brasileiros também diz alguma coisa sobre esta história. Diz que estamos a falar de um comportamento criminal e de indivíduos que têm vindo a ser assinalados, um pouco pelo país, nos assaltos a bombas de gasolina, tráfico de mulheres, prostituição, a tráfico de droga, *car jacking*; que têm sido muitos imigrantes, brasileiros e de Leste, que estão muito envolvidos neste tipo de assaltos.»

Quanto ao primeiro momento, poderíamos dizer que se tratava simplesmente de uma descrição do sucedido, dos dois indivíduos, do momento em que tudo se decidiu; ou até, que poderia ser uma forma de o jornalista expor a situação dos sequestradores, que podendo estar a caminho da estabilidade (social, profissional e familiar), tornava-se comumente incompreensível o acto praticado. Contudo, a “chamada de atenção” por parte do embaixador do Brasil em Portugal, faz-nos pensar que, nomeadamente, a última passagem – «Sem cadastro, pelo menos no nosso país, os dois homens viviam em Portugal, ilegais, sem autorização de residência, mas um deles teria o processo a correr. Viviam na zona de Lisboa e têm cá família, amigos próximos e até trabalho». – terá sido difundida como forma de a imagem dos «sequestradores brasileiros, trabalhadores na construção civil» ser um pouco amenizada, como que se de uma “descriminalização” dos indivíduos se tratasse. Afinal, eles nem tinham cadastro, não tendo um histórico efectivo de criminalidade; viviam em Portugal, ilegais, é certo, mas um deles até estava a tentar legalizar-se; e tinham «família, amigos

próximos e até trabalho», ou seja, todo um quadro social de algum equilíbrio, o que pode desmentir a tese defendida pelo criminalista Francisco Moita Flores, difundida posteriormente (no terceiro momento), e sobre a qual se insurgiu o embaixador do Brasil no nosso país, segundo a qual – e como já discurremos – “brasileiros” e “crime” representam uma e a mesma coisa.

Através do segundo momento – que engloba uma intervenção do responsável da PSP, que é interpelado várias vezes pelos repórteres presentes – podemos comprovar, uma vez mais, a necessidade por parte dos jornalistas de criarem e de fomentarem estereótipos e toda uma realidade tipificada. De sublinhar a necessidade quase imperativa de se saber que profissão os sequestradores tinham – como se a sociedade possuísse uma espécie de tabela relacional entre profissões e valores moralmente aceites –, bem como a insistência em saber há quanto tempo os indivíduos estariam em Portugal – deixando, porventura, a porta entreaberta para podermos estabelecer uma relação causal entre crime e permanência no país. Por outras palavras, esta insistência em saber em pormenor há quanto tempo os sequestradores estariam em Portugal, quase nos impele a pensarmos que até poderiam estar de passagem, com más intenções, premeditadamente para cometer crimes.

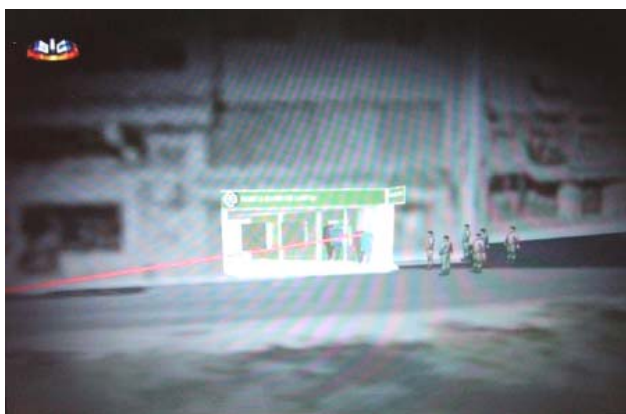
Depois desta sequência, é então difundida a declaração do embaixador, que repudia as palavras proferidas por Francisco Moita Flores, no dia anterior: «Isso é um comentário xenófobo e socialmente preconceituoso. Isto concorre, efectivamente, para a formação de uma imagem negativa da população brasileira». De facto, como já referimos, estes comentários têm em si uma carga negativa muito forte para com os cidadãos brasileiros residentes em Portugal. Podemos mesmo afirmar que são tão estigmatizantes quanto perigosos, porquanto se revestem de uma negatividade e de um fatalismo relativamente àquele grupo específico de cidadãos, que concorre com os mais radicais grupos extremistas, que pura e simplesmente ostracizam estes grupos minoritários, provocando reacções contrárias de revolta, contraproducentes no que à paz e à desejável harmonia social diz respeito. Ora, é importante fomentar uma consciencialização e uma reeducação social, no sentido da aceitação da diferença, papel que os *media* também devem assumir, sendo que, ao veicularem este tipo de informação

altamente imbuída em estereótipos, podem facilmente produzir o efeito contrário.

Tendo como base de apoio as palavras de Rui Pereira, Ministro da Administração Interna – segundo o qual, os profissionais da PSP demonstraram «competência, dedicação e heroísmo, que resolveram a situação» –, é mostrada uma infografia animada com explicações mais técnicas acerca dos procedimentos dos atiradores (*Figuras 6 e 7*), comprova, uma vez mais, e até nesta situação, o carácter tipificador do jornalismo, que se socorre sempre do mesmo tipo de “técnicas” e estratégias para veicular a informação. No caso, com recurso a uma infografia, que dá ao telespectador os possíveis ângulos de visão dos atiradores especiais da polícia. Através deste procedimento, podemos perceber que os *media*, para além de tipificarem realidades, como já vimos, criando quadros de referência, também tipificam a forma como veiculam a informação.



*Figura 6*



*Figura 7*

Em suma, podemos dizer que os *media* tipificam, não só o conteúdo, como

a forma. A “bolacha” utilizada pela SIC para lançar esta infografia contém uma imagem em grande plano do vidro partido por uma das balas e um polícia junto da porta (*Figura 8*), que sugere acção, remetendo o telespectador para a cena do crime.



*Figura 8*

Segue-se a descrição pormenorizada das armas à disposição do Grupo de Operações Especiais (GOE), com recurso a vários planos de treinos e de um homem a manusear uma arma idêntica às usadas para a resolução do caso (*Figura 9*), o que aproxima estes homens do grande público.



*Figura 9*

Esta ideia de competência por parte das forças especiais da PSP é reforçada com uma peça dedicada ao GOE, com imagens de treinos (*Figuras 10 e*

II), explicações e historial da sua acção no terreno.



*Figura 10*



*Figura 11*

A justificação da acção mais extrema de «atirar a matar» por parte da PSP é o passo seguinte. Tal como acontecera com Moita Flores, a SIC apoia-se novamente em especialistas – neste caso a polícia – para justificar actos e/ou afirmações. É veiculado que a polícia foi praticamente obrigada a disparar. É relatado que o sequestrador que sobreviveu – Wellington – telefonara a um primo que vivia com ele. Este relato é acompanhado por imagens de duas fotografias – que sairiam no dia seguinte no jornal Expresso – que, por um lado, mostram a proximidade entre os primos (no primeiro caso – *Figura 12*), e por outro, reforçam a ideia do desespero do familiar e do sequestrador, que estaria mesmo desesperado. A imagem com a segunda fotografia (*Figura 13*) tem a seguinte

citação inscrita: “Ele disse-me que preferia morrer”. Esta inscrição dá à imagem um carácter mais forte e dramático, e reforça a imperatividade da acção policial, como denota o texto transmitido pelo jornalista: «(...)O sequestrador disse ao primo que preferia morrer a entregar-se à polícia. O primo pediu-lhe para se entregar, mas como percebeu que não o conseguia demover, o primo do sequestrador deslocou-se de imediato a Campolide; apresentou-se à polícia como familiar de um dos assaltantes e contou a conversa. E foi um dado importante para a polícia perceber que os assaltantes não queriam, em definitivo, negociar».



Figura 12



Figura 13

Diante deste dado fornecido por alguém muito próximo de um dos indivíduos, e perante a convicção das autoridades – «A PSP cada vez mais

acredita que não se tratou de um assalto amador. Os dois brasileiros estavam bem preparados para o crime, residiam em Portugal há poucos meses (...). – foi tomado como óbvio que os sequestradores estavam ali para ir até às últimas consequências.

Este posicionamento perante este novo dado, apesar de não comprometer os jornalistas, reflecte, no entanto, o seu interesse em transmitir algo que é tomado como óbvio e aceite por todos, algo que é mesmo constituído como um facto, como fica claro nas passagens seguintes, que denotam – uma vez mais – a preocupação em justificar os tiros, quer por parte da polícia, quer por parte dos *media*, que lhe dá voz: «Foram várias horas ao telefone com os sequestradores. O grupo de negociadores da PSP fez de tudo para chegar a um acordo com os assaltantes. Não foi possível. Eram 11 da noite, os dois indivíduos aproximam-se da porta do banco, com armas apontadas aos funcionários. A partir daqui, o assalto tem os minutos contados: é a hora certa para intervir (...) A PSP não teve dúvidas que os assaltantes estavam dispostos a tudo». – jornalista. «(...) os assaltantes mantiveram-se irredutíveis nas suas intenções de consumir o assalto àquela dependência bancária e encetar fuga, mantendo as ameaças à vida dos reféns, designadamente, ameaçando executá-los» - responsável da polícia. Posto isto, parece claro – ou, pelo menos, assim nos é transmitido – que não havia outra alternativa, senão intervir: os sequestradores «estavam bem preparados para o crime» e estavam «dispostos a tudo». Como já foi referido, aqui parece-nos haver alguma tentativa de justificação da medida tomada pela polícia, que a fundamenta pelo alegado potencial criminoso dos sequestradores em causa.

#### **4.3.1. O “por quê” depois de tudo: O respeito incondicional à pirâmide invertida**

Esta aparente inevitabilidade leva o jornalista a ter afirmações que em tudo criam um enquadramento específico, através de um processo de conotação negativa para com os dois sequestradores: «Houve nova tentativa de negociação que voltou a não dar frutos. Estes homens, brasileiros, residentes ilegais em Portugal, não eram amadores. Segundo a PSP, estavam bem preparados». Através destas palavras, o enquadramento fica completo: Os homens são «brasileiros»,

«ilegais», «não eram amadores» e «estavam bem preparados». Esta construção frásica não parece surgir ao acaso. Há uma contextualização do quadro criado e uma nítida escolha de um vocabulário que reforça o tal quadro da experiência. Para sustentarmos, mais uma vez, a ideia de construção por parte dos jornalistas, ocorrem-nos as palavras de Tuchman, que defende que a forma como a *rede noticiosa* se nos é colocada para fazer face à imprevisibilidade dos acontecimentos, é um dado que suportam a ideia de construção da realidade por parte dos *media*.<sup>96</sup> É precisamente esta forma de colocar a tal *rede noticiosa* que estabelece, muitas das vezes, determinadas crenças e valores veiculados, invariavelmente, sem preocupações ao nível do contexto em que acontecem as situações. Sem tentarem descobrir os “porquês”, os jornalistas tornam-se, por vezes, “escravos” do imediatismo, do espectacular, e em alguns casos até, das próprias audiências. De notar que esta afirmação do jornalista serve de mote para a seguinte declaração do responsável da PSP: «Quando a polícia chegou ao banco, constatou que várias pessoas estavam manipuladas com algemas de plástico, portanto, isto requer já um planeamento». Confirmou-se que eram abraçadeiras de plástico, idênticas às usadas na construção civil, em tubagens de água ou de electricidade, pelo que nos parece que dizer que haveria já algum «planeamento», não será o mesmo que dizer que os «homens brasileiros» estavam «bem preparados» e «não eram amadores» (eram profissionais, portanto). Poderíamos tentar, antes, perceber todo um contexto social, de integração, questionarmo-nos acerca da necessidade ou não por parte dos sequestradores, tentarmo-nos por do outro lado, sem julgamentos *a priori*, sem tentarmos montar todo um quadro típico de filme, onde “o bom, o mau e o vilão” são personagens recorrentes. Ao invés, assistimos a mais uma construção de uma realidade, muito provavelmente desconhecida pelos *media*, mas veiculada com valor de verdade absoluta.

Surge, então, uma peça da correspondente da SIC no Rio de Janeiro, que faz o paralelismo entre o assalto em Campolide e o sequestro num autocarro no Rio de Janeiro (*Figura 14*), oito anos antes, onde um assaltante manteve 11 reféns fechados na viatura durante 4 horas, acabando por se render.

---

<sup>96</sup> Cfr. Traquina, Nelson, *Jornalismo*, Quimera, s.l., 2002, p. 95.



Figura 14

O desfecho acabaria por ser trágico, com os polícias a matarem acidentalmente uma das vítimas, abatendo o criminoso, a caminho da esquadra – mais uma vez a referência a situações semelhantes que se passaram anteriormente. Refere também que a imprensa não dá grande destaque a este caso, focando-se, no entanto, um jornal, com o título: “Brasileiro faz reféns e é morto a tiros”, e o subtítulo: “Roubo a banco em Lisboa deixa outro brasileiro ferido e mobiliza a elite da polícia portuguesa” (Figura 15).



Figura 15

É entrevistada uma antropóloga, especialista em violência e criminalidade urbana, que foca a importância de se compreender o contexto dos brasileiros em Portugal, para que se possam evitar situações semelhantes no futuro, «muito mais

que culpar uma nação, pelo desatino de dois personagens».

O uso destas peças sugere que o contexto que os jornalistas dão ao caso (e o entendimento que dele fazem) é um contexto permeado de outras imagens e estórias mediatizadas e não apenas o contexto situacional do caso e das suas personagens. Funciona quase como um hipertexto que remete para outros numa lógica auto-referencial (os *media* falam do que vem nos *media* e pensam o mundo em função do que eles próprios vão dizendo dele). Talvez o jornalistas da SIC saibam muito mais do Brasil televisionado do que dos imigrantes brasileiros em Portugal, em cujos círculos sociais é provável que eles não entrem – e, portanto, não os enquadram nas suas circunstâncias de vida em Portugal (mesmo que fosse uma vida de crime) mas sim nas circunstâncias do Brasil. Assim, também naturalizam o facto de haver brasileiros criminosos e violentos: lêem-no como a sua cultura – Portugal só é visto como cenário e vítima. Ora, os factos que ocorrem cá são contextualizados por circunstâncias que existem no Brasil. Deste modo, tal leitura ganha especial relevância, quando associada aos conceitos já definidos de indexicalidade<sup>97</sup> e enquadramento<sup>98</sup>.

De referir, que esta peça é lançada por Rodrigo Guedes de Carvalho, tendo por cenário uma bolacha com a bandeira do Brasil (*Figura 16*), e que reflecte todo o foco dado a este caso – a nacionalidade brasileira.



*Figura 16*

---

<sup>97</sup> Vide p. 26 da presente dissertação.

<sup>98</sup> Vide pp. 27-29 da presente dissertação.

Ora, é esta falta de preocupação por parte dos *media* – da SIC, enquanto nosso objecto de estudo – em saber o “por quê”, que nos causa alguma perplexidade. De recordar que no “flash” informativo das 17 horas do dia do sequestro, a preocupação foi precisamente saber o “por quê”, as motivações dos indivíduos ou quais as suas exigências. No entanto, a partir do momento em que se sabe a nacionalidade dos indivíduos, o “por quê” passa imediatamente para o fundo da pirâmide invertida, para o fundo das prioridades. A partir desse momento, a nacionalidade foi o ponto central, a partir do qual – como fomos comprovando – a informação foi sendo difundida. A tal ponto, que é veiculada uma informação que subverte completamente o sentido deste “por quê”. A informação é dada por Francisco Moita Flores, um especialista na área da criminologia que, de facto nos diz, por outras palavras, o “porquê”; mas não o “por quê”, no sentido de tentarmos perceber o que impulsionou estes indivíduos a cometerem o crime, mas antes, o “porquê” deste crime ter sido cometido por aqueles indivíduos em concreto. Aparentemente, nada mais óbvio: pelos indivíduos serem de nacionalidade brasileira.

A tentativa de se explicar o porquê surge, sensivelmente, 24 horas depois do desfecho do acontecimento, ou seja, no final do *Jornal da Noite* do dia 8 de Agosto de 2008, através de uma entrevista ao psicólogo criminal, Paulo Sargento. A entrevista é feita a partir do local do crime e é (finalmente e verdadeiramente) centrada no possível “por quê” do crime, para além de serem abordados os tipos de sentimentos e traumas sentidos e sofridos pelas vítimas. «Quem são estas pessoas, de onde é que elas vêm e por quê este local», são as questões levantadas pelo psicólogo, que sugere rapidamente outra reflexão: «que dificuldades financeiras podem motivar este tipo de comportamento, mas não só, porque muita gente tem dificuldades financeiras e nem toda a gente actua desta forma. Portanto, factores de personalidade estarão também aqui na base deste comportamento».

Ainda ao nível da análise das imagens, há ainda a registar alguns aspectos que consideramos relevantes. Por um lado, ao longo de todo o telejornal do primeiro dia, quando ainda não se tinha dado o desfecho do caso, apesar de a televisão ir mostrando o ambiente envolvente, as ambulâncias, ou os polícias a efectuar chamadas telefónicas (presumivelmente com os sequestradores), durante

grande parte do tempo, o foco da atenção está centrado na porta do BES (*Figura 17*).



*Figura 17*

Tal opção torna-se de tal forma relevante, que mesmo em algumas partes da entrevista ao criminalista, Francisco Moita Flores, a imagem é bipartida (*Figura 18*), para que o público se mantenha atento à zona principal da acção e, por outro lado, para que essa acção possa ser captada em directo, tanto quanto possível, o que também nos faz pensar na importância de “segurar” os telespectadores, no peso das audiências. Como, sobre este tema, refere Bourdieu, «(...) há objectos que são impostos aos telespectadores porque se impõem aos produtores; e impõem-se aos produtores porque são impostos pela concorrência com outros produtores».<sup>99</sup>

---

<sup>99</sup> Bourdieu, Pierre, *Sobre a Televisão*, Celta Editora, Oeiras, 1997, p. 24.



*Figura 18*

Por outro lado, no dia seguinte (*Jornal da Noite* de 8 de Agosto) – depois de já se conhecer o desfecho -, três imagens ficam-nos na retina, pela sua repetição ao longo do telejornal: um plano apertado de um dos sequestradores apontando a arma para o lado, enquanto mantém o braço à volta do pescoço de um dos reféns (*Figura 19*); o momento do primeiro tiro (*Figura 20*); e a entrada dos polícias no banco (*Figura 21*).



*Figura 19*



*Figura 20*



*Figura 21*

\*

No início do presente capítulo propusemo-nos dar resposta a um conjunto de questões, que, em virtude do corpo teórico apresentado, nos pareceram de especial relevância para o nosso estudo. Neste sentido, ao longo do referido capítulo aplicámos alguns conceitos e pensamentos anteriormente referenciados, que nos ajudaram a corroborar algumas das premissas defendidas. Cumpre-nos, agora, responder, de forma mais assertiva, às interrogações inicialmente levantadas.

“Será a televisão manipuladora, quando revela dificuldade em lidar com realidades múltiplas?” Após a análise dos momentos noticiosos seleccionados, concluímos que, de facto, quando confrontada com diferentes realidades, por vezes a televisão tende a aproximar a informação veiculada de parâmetros pré-definidos, de ideias estereotipadas da realidade, mas de uma realidade que é a “sua”, a realidade da maioria, onde as minorias terão, obrigatoriamente de “encaixar”.

Ora, neste sentido, a resposta às questões - “Serão as minorias étnicas e os imigrantes equiparados à maioria, da qual os órgãos de comunicação fazem parte?” e “Os cidadãos estrangeiros em Portugal são conotados como tal, sendo, inclusivamente, alvo de estereótipos por parte dos *mass media*?” - fica facilitada. Quando “brasileiros” e “crime” são associados, ao ponto de ser veiculado, que a nacionalidade condiciona sobremaneira determinados actos, socialmente condenados, parece-nos claro que a resposta terá de ser negativa. Com efeito, as minorias nunca podem ser equiparados à “maioria”, a partir do momento em que o facto do indivíduo A ter nascido no país B adquire uma relevância tal, que esse dado passa, por si só, a constituir-se como notícia.

Como já vimos – e considerando a última questão, referente ao tipo de enquadramentos a que podem ser sujeitos estes grupos minoritários, por parte dos *mass media* – os imigrantes brasileiros em Portugal são, muitas vezes, conotados com o mundo da criminalidade, de tudo o que se relaciona com a irregularidade e tudo o que foge à norma social. Deste modo, os jornalistas procedem a generalizações, conotando negativamente este grupo, criando quadros estereotipados de referência. O caso analisado não constitui, pois, a excepção.

## CONCLUSÃO

A relação entre os *media* e as minorias tem vindo, ao longo dos anos, a ser alvo de vários estudos. Confirma-se, pois, o interesse crescente num tema que é transversal à sociedade e, por essa razão, a sua análise torna-se, também ela, transversal do ponto de vista das áreas de estudo por ela abarcada. Deste modo, definimos um paradigma de análise, tentando perceber se os conceitos de estudiosos como Schutz, Goffman, Bourdieu, Tuchman, Lippmann, entre outros, se enquadram na realidade dos *mass media* portugueses do século XXI. Ao definirmos um corpo teórico de suporte e tendo consultado alguns dados históricos no que ao tratamento de imigrantes por parte dos meios de comunicação social europeus e portugueses diz respeito, interessou-nos, pois, verificar a veracidade e a viabilidade dos pressupostos.

Através do estudo efectuado percebemos, claramente, que os *mass media* ainda não estão preparados para enfrentar a diferença, para conviver com grupos sociais minoritários, que, não obstante todas as divergências e disparidades, decorrentes do facto de possuírem outras culturas, outros hábitos, são tão-somente, membros da mesma sociedade, neste mundo globalizado em que vivemos. Tomarmos, por exemplo, todos os cidadãos brasileiros que vivem em Portugal indissociáveis do crime, é, algo que, no nosso entender, revela um claro défice de bom senso. De tal forma que poderíamos fazer uma analogia com os famosos cães de Pavlov que, treinados para serem alimentados cada vez que ouviam o som de uma sineta iam sempre de encontro ao mesmo local, pois sabiam que encontravam sempre comida. Acontece que certo dia Pavlov decidiu tocar a sineta, mas, ao contrário do que costumava fazer, não colocou o prato com comida no local habitual. Fê-lo repetidas vezes e apercebeu-se que os cães salivavam sempre que ouviam aquele som, associando-o imediatamente ao alimento. A este processo, o autor chamou-lhe «reflexo condicionado ou aprendido». Ora, com este tipo de pensamentos *a priori*, não estaremos nós a salivar ao soar da sineta? Com este paralelismo, tentamos chamar a atenção para o facto de os jornalistas, quando

## CONCLUSÃO

partem para o “terreno”, terem que ter muito cuidado para não caírem em estereótipos, em tipificações da realidade, pintando quadros negativos *a priori*, conjecturando acerca de contextos muitas vezes desconhecidos mas, ainda assim, quadros mentais, concepções interiorizadas.

Neste sentido, constatámos – e tendo em conta o estudo desenvolvido – que os cidadãos estrangeiros continuam a ser para os *media*, isso mesmo, cidadãos estrangeiros, tomados como estranhos, como diferentes da maioria. Podemos confirmá-lo quando observamos que o simples facto de um indivíduo ser de determinada nacionalidade legítima, automaticamente, a sua conotação, por parte dos *media*, como criminosos. Inclusivamente, concluímos que, o que num primeiro momento foi considerado o mais importante pelos *media* (número de reféns, mortos ou feridos), passou, num segundo momento, a elemento quase irrelevante, a partir do momento em que a nacionalidade dos indivíduos é desvelada.

A tendência dos *media* em formatar o seu discurso tendo em conta depoimentos de determinados especialistas, foi outro dos aspectos que acabou por vir ao de cima aquando da análise empírica. Os *media* ajudaram a veicular um padrão de comportamento associado a indivíduos de nacionalidade brasileira, partindo de uma análise sociológica feita em directo pelo criminalista Francisco Moita Flores. Não obstante, quando o embaixador do Brasil em Portugal manifestou repulsa por estas mesmas declarações, tal tendência é novamente manifestada, tendo, neste momento, sido utilizado um vocabulário mais cuidadoso, por outras palavras, referências mais abonatórias para com os indivíduos directamente envolvidos no caso. Posteriormente, tal tendência é evidenciada uma vez mais quando, socorrendo-se de declarações de responsáveis da polícia - que consideram os indivíduos como sendo criminosos em potência e «bem preparados» para agir -, refugiam-se nesta análise para tecer um quadro de referência, novamente tipificado e estereotipado.

Um último ponto que consideramos não poder ser tomado como meramente ocasional, mas antes causal, prende-se com o facto da explicação para

## CONCLUSÃO

que o crime tivesse acontecido, vir depois de tudo. O respeito incondicional à pirâmide invertida verifica-se, tendo em conta a prioridade em aflorar aspectos ligados à nacionalidade dos indivíduos e às repercussões sociais e criminais que daí decorrem.

Porventura com o passar do tempo, e se estes grupos minoritários se forem disseminando cada vez mais entre a maioria, possam começar a ser encarados como membros de um só grupo. Por agora, resta-nos a constatação de que, mesmo os *media*, que desejaríamos, fossem neutros, imparciais e isentos, tanto quanto possível – e assim determina o Código Deontológico do Jornalista –, deixam-se levar por estereótipos que, muitas vezes, se sobrepõem aos valores éticos, morais e profissionais supracitados. A análise da forma como os meios de comunicação social tratam as minorias não pode, no entanto, ser dissociada da lógica que por detrás de cada jornalista, estará sempre uma pessoa, e enquanto a tecnologia não ditar nova regra, assim é e assim será. Ora, nesse sentido, enquanto pessoa, enquanto ser social, sofre, naturalmente, os constrangimentos inerentes ao meio em que está inserido.

Contudo, pela riqueza do tema, pela infinidade de análises que nos pode proporcionar e pelos inúmeros caminhos que nos abre, este estudo não é (nem pretende ser) algo fechado, preso a observações e conclusões estanque. Antes, deverá ser encarado como um ponto de partida para possíveis abordagens futuras. Ainda assim, pretende afirmar-se como mais um contributo para percebermos, por um lado, a percepção que os *mass media* ainda têm dos imigrantes – e concretamente dos brasileiros –, e por outro, a informação que veiculam, quando confrontados com múltiplas formas de percepcionar, de apreender e de viver uma mesma realidade. E se, após este período estudo e de análise, conseguirmos contribuir, de alguma forma, para pesquisas vindouras, então poderemos dizer que os objectivos foram alcançados.

## BIBLIOGRAFIA

BERGER, Peter e Luckmann, Thomas, *A construção social da realidade*, Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 1973.

BLIN, Thierry, *Phénoménologie et Sociologie Compréhensive Sur Alfred Schutz*, Paris, L'Harmattan, 1995.

BOURDIEU, Pierre, *Sobre a Televisão*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

CARVALHEIRO, José Ricardo, *Do Bidonville ao Arrastão: media, minorias e etnicização*, Lisboa, ICS, 2008.

COHEN, Stanley., *Folk Devils and Moral Panics*, Londres, McGibbon and Kee, 1972.

CORREIA, João Carlos, *A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

CORREIA, João Carlos, *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso – Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*, Covilhã, Livros LabCom, 2008.

EMBREE, Lester, *Alfred Schutz's Sociological Aspect of Literature*, Dordrecht, Klumer Academic Publishers, 1998.

ESTEVES, João Pissarra (Org), *Comunicação e Sociedade – Os efeitos dos meios de comunicação de massa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

FERIN, Cunha, Isabel, *Nós e os Outros nos artigos de opinião da imprensa portuguesa*, Paris, Karthala, Revue Lusotopie, 1997.

FERIN, Isabel, Santos, Clara Almeida, Filho, Willy, Flores, Ilda, *Media, Imigração e Minorias Étnicas – 2005 – 2006*, vol. 28, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2008.

FERIN, Cunha I., Santos, Clara Almeida, Valdigem, Catarina, Filho, Willy, *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2006.

GARFINKEL, Harold, *Studies in Ethnomethodology*, Cambridge, Polity Press, 1967.

GOFFMAN, Erving, *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, Cambridge, Harvard University Press, 1986.

HALL, Stuart. et al., *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order*, Londres, Macmillan, 1978

HALL, Stuart (org.). *Representation: cultural representation and signifying practices*, Londres, Open University, 1997.

HEGEL, G. W. F., *Fenomenologia do Espírito*, Petrópolis, Editora Vozes, 2001.

HERITAGE, John, *Garfinkel and Ethnomethodology*, Cambridge, Polity Press, 1984.

HUSSERL, Edmund, *A Ideia da Fenomenologia*, Lisboa, Edições 70, 2000.

HUSSERL, Edmund, *Meditações Cartesianas*, Porto, Rés, 1987.

LIPPMANN, Walter, *Public Opinion*, New Brunswick, Transaction, 1998.

LUHMANN, Niklas, *La realidad de los medios de masas*, Barcelona, Anthropos, 2000.

MORAN, Dermot, *Introduction to Phenomenology*, Londres, Routledge, 2000.

MORAN, Dermot e MOONEY, Timothy, *The Phenomenology Reader*, Londres, Routledge, 2002.

PAISANA, João, *Fenomenologia e Hermenêutica – A relação entre as filosofias de Husserl e Heidegger*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

PINHEIRO, Bruno Miguel, *Elementos para uma compreensão das estruturas do mundo social no pensamento de Alfred Schutz*, Porto, Campo das Letras – Editores, 2007.

SCHUDSON, Michael, *The Power of News*, Cambridge, Harvard University Press, 1995.

SCHUTZ, Alfred, *Éléments de Sociologie Phénoménologique*, Paris, L'Harmattan, 1998.

SCHUTZ, Alfred, *Fenomenologia e Relações Sociais – textos escolhidos de Alfred Schutz*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

SCHUTZ, Alfred, *Life Forms and Meaning Structure*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1982.

THOMPSON, John B., *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*, Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

THOMPSON, John B., *Los media y la modernidad: Una teoría de los medios de comunicación* – 2ª Edição, Barcelona, Paidós, 1998.

TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo*, s.l., Quimera, 2002.

**Recursos na Internet:**

FERIN, Cunha I., *Journalistic Coverage of Immigration in the Portuguese Television: 2003-2006*.

<http://www.obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewArticle/181>.

CORREIA, João Carlos, *Jornalismo e realidades múltiplas: o arrastão e a representação mediática das identidades*.

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-identidades-multiplas.pdf>